

# RAYMUNDO FAORO, 100



( parêntese )









ESPECIAL #06

março de 2026



# ( parêntese )

## ESPECIAL #06

<b>editorial</b>	<b>2</b>	<b>Um pensador do Brasil</b> 
<b>ensaio</b>		
<i>Maria Cláudia Cachapuz</i>	6	Um discurso à la Quixote 
<i>Judith Martins-Costa</i>	10	Uma rapsódia para Raymundo Faoro 
<i>Bruno Carazza</i>	15	“Faôro ou Fâoro”? “E afinal, quem são os donos do poder?” 
<i>Paulo Augusto Franco de Alcântara</i>	24	Raymundo Faoro. Quando nasce o intelectualdo 
<i>Homero Vizeu Araújo</i>	31	Raymundo Faoro machadiano: A pirâmide e o trapézio 
<i>Tarso Fernando Herz Genro</i>	35	1977-1979: quando a OAB foi heroica 
<b>entrevista</b>		
<i>Marcelo Coelho</i>	39	As ideias no lugar de Raymundo Faoro 



Montagem dos diários com foto de Raymundo Faoro.

# RAYMUNDO FAORO, 100 - PARÊNTESE ESPECIAL #06

## expediente

### Parêntese

**Organização/  
curadoria:**  
Luís Augusto Fischer

**Projeto editorial:**  
Thomás Daniel Vieira  
Editora Coragem Ltda Rua  
Sofia Veloso, 49, sala 04,  
Porto Alegre, RS  
contato@  
editoracoragem.com.br.  
@editoracoragem

**Projeto Gráfico:**  
Déborah Salves

**Diagramação e capa:**  
Silvana Ramos

**Créditos de imagens:**  
Paulo Augusto Franco /  
Arquivo da família

**Associação Matinal de  
Jornalismo e Cultura**  
Praça Dr. Luis Francisco  
Guerra Blessmann, 31,  
Porto Alegre, RS.  
CNPJ 58.369.470/0001-07

**Associados:**  
Adriana Martorano,  
Alexandre Santi,  
Filipe Speck,  
Luís Augusto Fischer,  
Roger Lerina e  
Sílvia Lisboa.

**Diretor:**  
Filipe Speck

**Gerente de Cultura:**  
Luísa Kiefer

**Contato:**  
contato@matinal.org

**Anúncios:**  
comercial@matinal.org

**Apoie em  
matinal.org/assine**

**Edição apoiada pelo  
Instituto de  
Estudos Culturalistas.**



estudosculturalistas.org/

## UM PENSADOR DO BRASIL

**R**ara região de fronteira viva entre o império português e o espanhol, depois entre o Brasil e os países do Prata, parte mais fria do território nacional, com características sociais, econômicas e políticas bastante distintas das que estruturaram os estados centrais do país, o Rio Grande do Sul foi capaz de gerar uma liderança nacional de alta relevância, Getúlio Vargas, que esteve no comando do país por toda uma geração e manteve influência por mais duas. Curiosamente, essa proeminência não foi acompanhada pela produção gaúcha de estudos, teses, teorias de alcance nacional.

## editorial

Quantos intelectuais nascidos e criados no Rio Grande do Sul alcançaram relevância no Brasil como um todo? Quantos ousaram produzir ensaios panorâmicos sobre o país, sobre mazelas profundas, sondando caminhos interpretativos inéditos?

Muito poucos. Um deles, provavelmente o mais relevante de todos, se chama Raymundo Faoro. Nascido em Vacaria, em 27 de abril de 1925, com infância passada parte em Caçador, SC, cursou Direito na UFRGS, vindo a formar-se em 1948. Pelos anos de faculdade, participou do grupo Quixote, na capital gaúcha, um grupo de jovens escritores e intelectuais disposto a renovar o cenário local.

Em 1951 transferiu-se para o Rio de Janeiro, onde desenvolveu, a partir de 1963, carreira na procuradoria do Estado. Mas levava já o esboço de um livro revolucionário, que seria editado pela Globo de Porto Alegre em 1958: *Os donos do poder*, com o subtítulo *Formação do patronato político brasileiro*. O livro alinhou-se com outros grandes feitos intelectuais do tempo no país, todos curiosamente marcados pela mesma palavra-chave, como a *Formação econômica do Brasil*, de Celso Furtado (1959), e a *Formação da literatura brasileira*, de Antonio Candido (1959).

Sem desenvolver vida de pesquisador universitário, mesmo assim apresentou ainda outra grande obra, *A pirâmide e o trapézio*, um denso ensaio sobre Machado de Assis lançado em 1974, mesmo ano em que saiu uma edição revista do já clássico

de 1958. Por esse tempo, Faoro já fazia parte de atividades de proa na Ordem dos Advogados do Brasil, que viria a presidir de 1977 a 1979, num momento dramático da marcha da redemocratização do país.

Eleito para a Academia Brasileira de Letras, foi figura ativa na melhor imprensa do tempo, até sua morte, em 2003, com 78 anos. Corajoso, ativo, com alto poder de discernimento das variáveis da vida política brasileira, especialmente das manhas que se escondem nas estruturas do Estado nacional – assunto que domina seu primeiro livro –, Faoro merece ser saudado.

A forma encontrada pela Parêntese foi convidar leitores e pesquisadores interessados em sua obra, em seu legado, em suas ideias, a escreverem. Como os que o leitor terá a chance de acompanhar aqui, na voz de Maria Cláudia Cachapuz, Judith Martins Costa, Bruno Carazza, Paulo Augusto Franco de Alcântara, Homero Araújo e Tarso Genro, assim como na voz do próprio Faoro, em entrevista a Marcelo Coelho.

— Luís Augusto Fischer



Para assinar:  
www.

**matinaljornalismo**  
.com.br

## UM DISCURSO À LA QUIXOTE

Maria Cláudia Cachapuz<sup>1</sup>

**E**m agosto do ano 2000, uma decisão do Conselho Universitário da Universidade Federal do Rio Grande do Sul concedia a Raymundo Faoro o título de Doutor *Honoris Causa* a pedido da Faculdade de Direito. A expectativa era alta para a solenidade de entrega do título porque, desde 1979, a Faculdade não reconhecia a mesma titulação a juristas que tivessem contribuído para a construção do pensamento jurídico contemporâneo. Quanto mais a intelectuais que estivessem associados a um projeto de reconstrução democrática do país, pós Constituição Federal de 1988, com efetiva contribuição para o cenário político.

O entusiasmo era evidenciado em pequenas rodas de conversas entre professores da faculdade, e a ideia de consolidação de um discurso inspirador aos novos acadêmicos de Direito movimentava o ambiente universitário da época. Alguns, mais enfáticos, repetiam a frase célebre do homenageado – e creditada, na origem, a Miguel de Unamuno, no livro

<sup>(1)</sup> Doutora em Direito. Professora da Faculdade de Direito da UFRGS e do Mestrado em Direito Digital e Segurança da Informação na Universidade Europeia, em Portugal. Magistrada do TJRS.

*Vida de Dom Quixote e Sancho* - na primeira edição da Revista *Quixote*, em 1947, da qual Faoro fora um dos fundadores na Faculdade de Direito da UFRGS: “Vamos fazer uma barbaridade”. Um discurso à altura do novo momento político e jurídico do país era uma expectativa real da comunidade acadêmica.



Vamos fazer uma  
barbaridade.



A solenidade, de fato, nunca ocorreu. Em razão do falecimento de Faoro, em maio de 2003, a justificativa da ausência de tempo hábil para acertar os detalhes da sessão formal substituiu a falta de um discurso do homenageado, e a titulação resta reconhecida nos anais da Universidade, mas nunca referida em biografias do acadêmico.

Por ilação, é possível imaginar que uma certa aversão de Faoro a homenagens públicas tenha contribuído para a ausência da sessão formal. Quando indagado sobre a demora a concorrer para uma vaga, como imortal, na Academia Brasileira de Letras, ao final do mesmo ano de 2000, Faoro foi enfático: “Nesses vinte anos, me convidaram umas seis ou sete vezes (...) e eu sempre arrumava um pretexto – contra esse não concorro, não estou com saúde para a Academia”.<sup>2</sup>

<sup>(2)</sup> Entrevista Carta Capital, em 06.12.2000.

Mas é também possível que simplesmente tenha ocorrido uma mistura de burocracia acadêmica e passagem do tempo sem que houvesse percepção dos interessados sobre a necessidade de uma tomada de decisão mais célere. Algo que o próprio Faoro teria profetizado em relação a homenagens de tal tipo, quando indagado sobre a mudança de percepção em relação à eleição para a ABL e o seu retorno à Academia - “Me aconteceu o que aconteceu com a marquesa de um romance de um acadêmico: quando ela acordou, viu que estava morta”.<sup>3</sup> Pensando bem, tinha Faoro o dom para a profecia, mesmo ao descrever-se como alguém sem qualquer “ranço sobrenatural”: “O profeta não é exatamente o que prevê as coisas (...) é a pessoa que tem uma mensagem e que vem para dizer alguma coisa. E que vem, inclusive, para fazer a crítica”.<sup>4</sup>



O profeta não é exatamente o que prevê as coisas (...); é a pessoa que tem uma mensagem e que vem para dizer alguma coisa. E que vem, inclusive, para fazer a crítica.



E a crítica, sem dúvida, foi marca relevante no pensamento intelectual de Raymundo Faoro e o que o levou, na seara política, à construção de uma personalidade pública. Algo muito semelhante

ao que Hannah Arendt – lida por Faoro – introduziu, no estudo político, com a ideia do *pensar sem corrimão*, mesmo que partindo de marcos teóricos distintos aos do jurista brasileiro. Para Arendt, após a experiência totalitária de meados do século XX, a humanidade sofreu uma ruptura com a tradição, exigindo que se pense “como se ninguém tivesse pensado antes e, a partir de então, começar a apreender com os demais”.<sup>5</sup>



Para Arendt, após a experiência totalitária de meados do século XX, a humanidade sofreu uma ruptura com a tradição, exigindo que se pense “como se ninguém tivesse pensado antes e, a partir de então, começar a apreender com os demais.”



A ideia é de que a imagem do corrimão corresponda, como metáfora, a um conjunto de valores transcendentais a que se pode recorrer quando circunstâncias políticas demandem critérios bem fundados para pensar, agir e julgar. Quando se desestruturam esses valores e a própria tradição é incapaz de reorganizá-los adequadamente - exigindo que se coloquem em xeque as categorias morais e políticas do passado -, é preciso pensar

<sup>(3)</sup> Entrevista Carta Capital, em 06.12.2000.

<sup>(4)</sup> Entrevista Carta Capital, em 06.12.2000.

<sup>(5)</sup> Arendt, Hannah. *Pensar sem corrimão*. Bazar do tempo, 2021, p. 530

por si mesmo, fazendo com que a experiência vivida tenha um peso significativo na observação do mundo que está ao redor. Essa constatação da vivência de uma história fragmentada e descontinuada pelo fio da tradição – a exigir pensamento crítico e desassociado da mediocridade – não passou despercebida por Faoro que, desde os bancos da faculdade, na companhia de outros inconformados, ressaltava a necessidade de que se escrevesse para entender o “sentimento de angústia” do pós-guerra e para extrair da cultura “elementos de humanização e renovação”.

2061

Exmo. Sr. Professor Diretor da Faculdade de Direito da Universidade de Porto Alegre.

PT

Raymond Faoro ✓, filho de  
Ottilio Faoro e de dona Luiza  
Damhro Faoro, nascido em 27 de  
abril de 1925, no município de Vacaria  
 Estado do Rio Grande do Sul, residente á rua  
Vigário Trucis nº 644, tendo concluído regularmente o 2º ano do curso de bacharelado, requer a V. Excia. se digne conceder-lhe matrícula no 3º ano, visto ter satisfeito ás exigências regulamentares.

Nestes termos,  
 P. Deferimento.

Porto Alegre, 1º de maio de 1946

Raymond Faoro

UNIVERSIDADE DE PORTO ALEGRE	
- REITORIA -	
REGISTRO DE MATRÍCULA	
Matrícula geral	N.º <u>562</u>
Matrícula no Instituto	N.º <u>57</u>
Data:	<u>1/7/46</u>
<i>Rui de Fátima</i>	

### Matrícula Faoro

Dos ideais do jovem acadêmico, que escrevia diários de uma realidade provinciana impactada pela experiência distante de uma recente guerra mundial, à fala madura de um analista do cenário

político que não se desculpava por usar a palavra como faca, num estilo precursor a Annie Ernaux - porque também a literatura deveria se transformar, amiúde, “em arma política” -, não seria absurdo, como para o profeta, tentar construir, pelos fragmentos da tradição, o discurso da vida intelectual de Faoro como novo doutor acadêmico da Universidade que o projetou como bacharel em Direito. Para além de uma ousadia inspirada em Quixote – aquele intérprete de histórias ilusórias que ilustrou a juventude de Faoro -, o desafio aqui é o de tentar corresponder, com grande precisão (e sem qualquer uso de inteligência artificial, apenas natural, diga-se de passagem!), ao longo do tempo, o modo de aparecer de Faoro em sociedade e a forma do que desejaria reservar para a exposição e construção do discurso público. Portanto, algo que possa traduzir, pela passagem do fio condutor aos fragmentos da experiência, a totalidade de seu pensamento. Como se, aqui, tivesse sido encontrada a fala que nunca houve:

*“Prezada comunidade acadêmica.*

*Muitas são as perspectivas, muitos são os caminhos, concomitantes ou sucessivos, que iluminam a personalidade literária e política. (...) O que nos une é a consciência de possibilidades que vem das raízes da nossa formação e do nosso destino americano, que ainda não foram vislumbradas nem aproveitadas em seu pleno significado. Não se trata do repúdio simplista de todo um passado. Investe-se é contra o marasmo e suficiência, contra a falta de influxo criador autêntico na geração que ora detém a liderança intelectual. A essa concepção estativa do passado queremos opor a sua valorização dinâmica. Trata-se de buscar no seu fundo os elementos vivos com que possamos criar o presente,*

*guardando as suas linhas originais por tanto tempo esquecidas. O pensamento político está sob a jurisdição da práxis (...), que não é um feixe caótico de institutos, mas de ideias.*



Trata-se de buscar  
no seu fundo os  
elementos vivos  
com que  
possamos  
criar o presente.



*Charles Renouvier, num livro de 1876, Uchronie, revela o código e a chave dessa incongruente dança do tempo. Nas asas da ucronia - o tempo livre do passado, do presente e do futuro - construirá as suas utopias, transformando a história numa obra de imaginação, com alicerce na esperança. (...) E nisso não se pode deixar de levar em conta as limitações de toda a ordem com que se luta para a realização de sua obra - o que já não acontece hoje, em face do crescente intercâmbio intelectual que se verifica na Província, cada vez mais ligada pelo pensamento aos demais núcleos culturais do país.*

*Quando estamos fora dos momentos significativos de nossa imaginação, desenvolvemos digressões, que não significam evasivas, nem desvios do curso intelectual, mas atividades em que não se dispensa o ceticismo, ou nas quais*

*faltou a continuidade ou o empenho de toda uma vida. O cidadão não acredita mais naquele esquema de país que lhe foi transmitido. Quer dizer, o esquema do país nacional, o esquema do país industrialmente desenvolvido e, sobretudo, o esquema do país em que os pessimistas teriam as oportunidades que não tiveram. O pessimismo, que é o sentimento de toda essa imensa maioria, é um reflexo da incapacidade da sociedade de organizar uma racionalidade, (...) quer dizer, a previsibilidade, a calculabilidade das coisas. A quebra disso é exatamente a quebra da racionalidade, cujo sentimento é de frustração com o país.*

*O que se vê, na atualidade, é que a globalização, há algum tempo prestigiada, hoje desmascarada, aliena a economia, desviando-a do seu núcleo renovador. (...) Todas as linhas traçadas para construir o nacionalismo brasileiro não conseguiram configurar um desenho válido. O nacionalismo de ondas passageiras e fragmentos não teve capacidade para enfrentar os ataques que o afrontaram, estruturados sobre uma ideologia liberal, desnacionalizada e aqui incorporada ao sistema político e econômico. A elite das democracias não pode se consolidar num estrato privilegiado, mutável nas pessoas, mas fechado estruturalmente.*

*Não nos contentamos com o papel subalterno de zeladores de museus e relíquias históricas. Queremos imprimir às nossas coisas o sopro da emoção nova e da inquietação criadora que brota do atual momento brasileiro e do momento que o mundo está vivendo. E dessa síntese poderá surgir, algum dia, a expressão original da nossa personalidade. Vamos fazer uma barbaridade!” – Raymundo Faoro.*

## UMA RAPSÓDIA PARA RAYMUNDO FAORO

Judith Martins-Costa<sup>1</sup>

*Rhapsōidein*, o verbo, designava “o ato de costurar canções juntas”, os rapsodos comendo e recomendo memórias e histórias para as perpetuar. É, de certo modo, o que aqui farei, a costurar fragmentos narrativos que me vêm de diferentes memórias de vidas vividas na Faculdade de Direito da UFRGS, tentando entretecer os frágeis fios que asseguram a sua perpetuação.



*Rhapsōidein*, o verbo,  
designava “o ato de  
costurar canções juntas”



<sup>(1)</sup> Presidente do IEC – Instituto de Estudos Culturalistas. Doutora e Livre Docente em Direito Civil (USP), foi professora na Faculdade de Direito da UFRGS (1992-2010). Atua como parecerista e árbitra. A autora agradece a Laura Beck Varela e a Marcos de Campos Ludwig que a ajudaram a recuperar parte dessas memórias.

**É** à memória dos anos 80 que recorro para trazer a figura de Raymundo Faoro, que encontrei uma única vez, naqueles anos de intermédio entre a minha formatura na graduação, o meu reingresso em 1991 como aluna da Pós-Graduação e, em seguida, como professora da Faculdade<sup>2</sup>. Faoro viera fazer uma palestra, no Salão Nobre, à qual seguiu-se um jantar na casa de Jorge Rafael Cesar Moreira, seu grande amigo e meu então chefe, pois titular da Secretaria de Planejamento do Estado, em cuja assessoria jurídica eu trabalhava.

Para além desse fugaz encontro, todavia, Faoro já habitava minha memória, a memória de um tempo que me foi contado rapsodicamente por meu pai, Antonio de Almeida Martins Costa Neto, então professor de Direito Civil na Faculdade, e pelo próprio Jorge Rafael Cesar Moreira. Ambos – que a frequentaram como estudantes nos anos 40 – traziam nas nossas muitas conversas os ecos de um tempo de intensa ebulição cultural que, estourando no pós-guerra, sacudira a modorrenta e provinciana Porto Alegre.

A cidade, naquele tempo, com seus quase 500 mil habitantes, tinha certa vida intelectual, confinada, todavia, em círculos nos quais ponteavam seus “intelectuais medalhões, cujos dotes são medidos pelo excesso de erudição formal e pelas

<sup>(2)</sup> Todas as referências “à Faculdade” dizem respeito à Faculdade de Direito da UFRGS.

homenagens públicas”<sup>3</sup>. A modorra provinciana era, porém, por vezes, sacudida por alguns ímpetos de modernidade que irrompiam nos dois centros culturais de então, a Livraria do Globo, na rua da Praia, e a Faculdade de Direito, que reunia todos os que tinham aspirações filosóficas, literárias, históricas e sociológicas, pois as Faculdades de Letras e de Filosofia, sementeiras dos demais cursos, só seriam criadas em 1942. Num discurso que fez aos 60 anos de sua formatura e publicado no jornal Zero Hora em 17 de dezembro de 2007, outro aluno daquela época, Paulo Brossard, recordou:

“A vida acadêmica não se esgotava na Faculdade. Ela se estendia a uma área de imaginária continuidade. Era a Rua da Praia, prolongamento da Faculdade, ou seu complemento (...) A Rua da Praia era um condomínio acadêmico”.

Em torno desse condomínio se começava a fazer boa literatura. Despontavam Érico Verissimo, Mário Quintana, Reynaldo Moura, Paulo Hecker Filho, Vicente Moliterno Motta, que foi meu tio, e a figura imponente de Guilhermino Cesar, do qual fui aluna por breves semanas, quando ingressei na Faculdade de Letras, em 1970, antes de me aventurar no Direito.

E, na Faculdade de Direito, criou-se a Revista Quixote.

Uma revista constitui uma instituição cultural. Numa linguagem bourdieusiana, revistas conformam um campo, um sistema de relações sociais que possui uma lógica particular, condicionadora de sua

<sup>(3)</sup> Assim: ALCANTARA, Augusto Franco de. A Porto Alegre de Raymundo Faoro. *Revista Quatro Cinco Um*, 26 set. 2023, ed. 74.

evolução<sup>4</sup>. Podem ser vistas como testemunha de uma história da cultura, da modalidade de valores, de critérios críticos e estéticos, também podendo indicar quais foram a sensibilidade e a historicidade de uma época: são, concomitantemente, “microcosmo intelectual, viveiro e espaço de sociabilidade, lugar precioso para a análise do movimento de ideias”<sup>5</sup>.



Uma revista  
constitui uma  
instituição cultural.



O que trazia aquela Revista?

Antes de ser o nome de uma revista, Quixote foi, precisamente, uma *tentativa de itinerário* criada por alunos da Faculdade nos anos em que Faoro lá passou (1943-1948), tendo por companheiros seus colegas Silvio Duncan, Paulo Olinto Viana, Jorge Rafael Cesar Moreira, Wilson Chagas e Fernando Jorge Schneider. Esses jovens, cujo brado era o do espanhol Miguel de Unamuno – “Vamos fazer uma barbaridade!” –, anunciavam suas intenções no editorial do primeiro volume da Revista então criada, em 1946:

<sup>(4)</sup> PAULA COUTO, Cristiano Pinheiro de. *Intelectuais e Exílios. Confronto de resistências em revistas culturais*. IFCH - UFRGS. Programa de Pós-graduação em História. Porto Alegre, 2013. Disponível em <https://shre.ink/Apa7>.

<sup>(5)</sup> SIRINELLI, Jean Francois. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 249. *Apud* PAULA COUTO, Cristiano Pinheiro de. *Intelectuais e Exílios*. Op. Cit.

“Essa Revista não é um movimento, mas uma tentativa. Uma tentativa de itinerário que corporifica um anseio de libertação. Um movimento não se cria nem se impõe, tem o momento exato de aparecer e de influir nos destinos de uma geração. Por que então o Quixote? Porque existe entre os novos um certo número de preocupações e ideais que não encontrariam expressão adequada e autêntica nos quadros intelectuais existentes. (...) Investe-se é contra o marasmo e suficiência, contra a falta de influxo criador autêntico na geração que detém a liderança intelectual”<sup>6</sup>.



Cadernos

Num tempo em que o Direito ainda era compreendido como um fenômeno cultural, a Quixote marcava o casamento entre o Direito e a Literatura, especialmente a poesia, pois na Revista atuavam vários

<sup>(6)</sup> Reproduzido na revista acadêmica DUNCAN, Silvio; FAORO, Raymundo; HECKER FILHO, Paulo. Quixote. *Res Severa Verum Gaudium*, Porto Alegre, v. 3, n. 2, p. 9-11, abr. 2018.

poetas e poetas-críticos, como Paulo Hecker Filho, Vicente Moliterno Motta e João Francisco Ferreira. Quixote se quis marxista na política, existencialista na filosofia, e, fundamentalmente, “modernista”, como o era a arte brasileira nos anos 40, esse movimento que buscou traçar uma identidade nacional enraizada na realidade cultural do Brasil.



Essa Revista não é um movimento, mas uma tentativa. Uma tentativa de itinerário que corporifica um anseio de libertação.

Um movimento não se cria nem se impõe, tem o momento exato de aparecer e de influir nos destinos de uma geração.



Essa seria uma preocupação constante. Ainda quando estudante Faoro defendia com ardor “a proscrição de todo o sentimentalismo na apreciação dos fatos sociais”, o enterro da “improvisação brilhante”, esse traço tão bacharelesco, postulando, pelo contrário, a inserção, no universo do Direito positivo, o “levar a sério” a Filosofia, a História, a Sociologia, para melhor compreender o Direito

como um aspecto da cultura, estruturado na complexidade histórica e na relação visceral com a realidade social<sup>7</sup>. Quase quarenta anos mais tarde, em depoimento dado em 1980 ao jornal *Correio do Povo*, Raymundo Faoro recordou:

“As discussões tinham sempre um timbre, embora nem sempre autêntico, embora nem sempre derivado da leitura ou da meditação, marcadamente filosófico. (...) Sempre com a visão dos corredores e das salas de aula, e nunca da cátedra, o ardente e ingênuo filosofismo envolvia o dissídio político. (...) Nesse tempo, irrompeu na Faculdade de Direito, vindo de fontes partidárias e não partidárias, o estudo do marxismo e das ciências sociais, fertilmente regadas pelo submerso rio positivista”<sup>8</sup>.

“  
Quixote não foi uma  
revista jurídica

Quixote não foi uma revista jurídica, mas ali estava já aquele radical liame entre o Direito e a cultura, entre as instituições (e o os nutrientes do solo de onde essas deveriam brotar<sup>9</sup>. Uma carta-depoimento<sup>10</sup> dirigida por Faoro, em 1981, a Raul Justino Moreira, o filho de seu amigo Jorge Rafael Cesar Moreira, revela ainda alguns ecos daquela efervescência da juventude, filtrada, então, por sua visão sobre o papel social do advogado, a quem deveria ser inafastável a preocupação com a cultura do país e com o bem público, sendo-lhe próprio o papel de liderança na comunidade.

“  
Ainda quando  
estudante Faoro  
defendia com ardor “a  
proscrição de todo o  
sentimentalismo  
na apreciação  
dos fatos sociais”

<sup>(7)</sup> Assim escrevi em: MARTINS COSTA, Judith. Raymundo Faoro. O advogado como “líder da comunidade” e “transmissor da cultura”. In: MOTA, Carlos Guilherme e SALINAS, Natasha S.C. (Org). *Os juristas na formação do Estado-nação brasileiro*. 1930-dias atuais. São Paulo: Direito GV – Ed. Saraiva, 2010, p. 356-357. As citações entre aspas estão em carta dirigida por Faoro a Raul Justino Moreira, inéditas.

<sup>(8)</sup> Transcrito em: BIASOLI, Vitor. *Grupo Quixote*. História e Produção Poética. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1994, em especial p. 14 e 19. Em texto posterior Faoro criticará o artificialismo das instituições que nascem “mais por enxerto do que nutridas pelo solo natural” (FAORO, Raymundo. Sérgio Buarque de Holanda: analista das instituições brasileiras. In: *A República inacabada*. COMPARATO, Fábio Konder (Org.). Rio de Janeiro: Globo, 2008, p. 270).

<sup>(9)</sup> Em texto posterior Faoro criticará o artificialismo das instituições que nascem “mais por enxerto do que nutridas pelo solo natural” (FAORO, Raymundo. Sérgio Buarque de Holanda: analista das instituições brasileiras. In: *A República inacabada*. COMPARATO, Fábio Konder (Org.). Rio de Janeiro: Globo, 2008, p. 270).

<sup>(10)</sup> A carta, inédita, está parcialmente transcrita em: MARTINS COSTA, Judith. Raymundo Faoro. O advogado como “líder da comunidade” e “transmissor da cultura”. In: MOTA, Carlos Guilherme e SALINAS, Natasha S.C. (Org). *Os juristas na formação do Estado-nação brasileiro*. 1930-dias atuais. São Paulo: Direito GV – Ed. Saraiva, 2010, p. 340-366.

Crítico feroz da tecnocracia, do bacharelismo, Faoro então se define como um “advogado híbrido”, integrante da “linha-gem de Lafayette”. Isto porque, tal qual o jurista, político e diplomata do Segundo Reinado, Lafayette de Andrade, Faoro se percebia um “transmissor da cultura”, rejeitando – ainda e insistentemente – o confinamento do advogado ao papel de “técnico da legalidade”. Se assim o fosse e se apartasse da Literatura, da História, das Ciências Sociais e, fundamentalmente, da compreensão política e cultural de seu país, o advogado se estaria a perder no “jurismo”, esse o simulacro, dizia, pelo qual nos ocupamos em “construir com a lei e não com os fatos”<sup>11</sup>.



Crítico feroz da  
tecnocracia, do  
bacharelismo



<sup>(11)</sup> FAORO, Raymundo. Sérgio Buarque de Holanda: analista das instituições brasileiras. In: *A República inacabada*. COMPARATO, Fábio Konder (Org.). Rio de Janeiro: Globo, 2008, p. 270. Também referido em: MARTINS COSTA, Judith. Raymundo Faoro. O advogado como “líder da comunidade” e “transmissor da cultura”. In: MOTA, Carlos Guilherme e SALINAS, Natasha S.C. (org). *Os juristas na formação do Estado-nação brasileiro*. 1930-dias atuais. São Paulo: Direito GV – Ed. Saraiva, 2010, p. 340-366. Interessante observar que esse deslocamento entre Direito e o seu entorno cultural já fora objeto, sob outro, mas complementar prisma, das duras palavras de Sylvio Romero em 1895, nos *Ensaios de Filosofia do Direito*: “Juizes, advogados, professores, todos órgãos da vida jurídica nacional, são ganha-pães; preferem ser peitáveis a ser respeitáveis. Os nossos legistas são compulsadores da massa das leis, sem systema, sem alvo científico, por intuítos mercantis, por estímulos sempre egoísticos”.

Considerando o arco de 80 anos que vai das juvenis experiências de Raymundo Faoro na Revista Quixote aos nossos dias, parece curioso cogitar: teria permanecido algum traço dessa instituição cultural chamada Quixote no “acquis culturel” da Faculdade de Direito?

Uma resposta – positiva ou esperançosa – é dada pelas revistas criadas, desde então, pelos estudantes da Faculdade de Direito. Se as tomarmos como trechos de uma rapsódia, talvez possamos delas ouvir alguns ecos, mais ou menos contundentes, mais ou menos cifrados pelos distintos ares das décadas, que vieram ou vêm de *L’Ami du Peuple*, revista criada por um grupo autodenominado os Jacobinos, dos anos 90, a invocar “bruxas, sacis-pererês, advogados honestos, pesquisas de opinião e mulas-sem-cabeça” para fazer sátira política e cultural<sup>12</sup>; da *Toga*, publicada pelo Centro Acadêmico André da Rocha e, desde 2010, da Revista *Res Severa Verum Gaudium*. Talvez não seja errado suspeitar serem todas elas, em maior ou menor grau, filhas daquela sementeira que ali fez germinar um certo espírito altivo, irreverente e combativo, que, apesar dos muitos *poréns*, ainda não desapareceu de todo na velha Casa de André da Rocha.

Porto Alegre, 1º de dezembro de 2025.

<sup>(12)</sup> Assim o n. VI de *L’Ami du Peuple* – Journal Politique et Impartial. Porto Alegre, 1998, cujo Conselho Editorial era composto por Jean-Paul Marat (Felipe Flores Pinto); Lucie Semplice Camile Desmoulins (Alfredo Dal Molin Flores); Giambattista Vico (Klaus Koplín); Primo Levi (Ricardo Liebel Waldman); Anonymus Iamblichí (Elton Somensi de Oliveira); Lazare-Nicholas Carnot (Walter Guilherme Hüten Correa); e J.J. de Campos Leão – Qorpo Santo (Marcos de Campos Ludwig), com a colaboração de Marie Isidore (Jeovana Jobim Jardim).

“FAÔRO OU  
FÁORO”? “E AFINAL,  
QUEM SÃO  
OS DONOS  
DO PODER?”

## UMA REFLEXÃO SOBRE OS ENIGMAS ENVOLVENDO UM DOS MAIS CITADOS E MENOS ESTUDADOS GIGANTES DO PENSAMENTO BRASILEIRO

Bruno Carazza <sup>1</sup>

**C**onvidado pelo professor Luís Augusto Fischer a participar desta edição especial da *Parêntese* que celebra o centenário do nascimento de Raymundo Faoro, que me sugeriu escrever um depoimento sobre como analiso a força das visões do jurista para entender o “país dos privilégios”, tomo a liberdade de escrever num estilo mais fluido, sem os rigores dos textos acadêmicos ou das resenhas literárias, muito comuns em efemérides como esta.

<sup>(1)</sup> Doutor em direito, mestre em Economia e Professor associado da Fundação Dom Cabral, autor de *O país dos privilégios - vol. 1: os novos e velhos donos do poder* e *Dinheiro, eleições e poder: as engrenagens do sistema político brasileiro*.

Para situar o leitor: envolvido há alguns anos no estudo das relações entre as elites política e econômica no Brasil atual, a obra de Faoro, sobretudo *Os donos do poder: Formação do patronato político brasileiro* (1958), se tornou referência incontornável para mim. Essa influência foi, inclusive, explicitada de maneira taxativa no título do primeiro volume de uma trilogia que estou produzindo sobre como o Estado, em nosso país, cria e distribui benesses das mais variadas formadas a categorias profissionais, a empresas dos mais diversos setores e a estratos mais ricos da sociedade brasileira.

Nesse trabalho em especial, lançado em 2024, eu me propus a demonstrar como uma pequena elite estatal – de integrantes da magistratura à diplomacia, passando por membros do Ministério Público, advogados públicos e carreiras ligadas às áreas econômica e fiscal, além de militares – se vale da posição privilegiada que ocupa na estrutura dos Três Poderes para obter diversas vantagens, remuneratórias ou não, que a distanciam da realidade social e mesmo do serviço público brasileiro.

Devo, no entanto, dar os devidos créditos a quem primeiro abriu meus olhos para a necessidade de associar meu trabalho com os fundamentos da obra de Raymundo Faoro logo no subtítulo do meu livro. Ao submeter a versão preliminar de um dos capítulos de *O país dos privilégios* à leitura do amigo Luciano Da Ros, professor da UFSC e um dos maiores especialistas nas distorções do Poder Judiciário brasileiro, ele me mandou a seguinte

mensagem: “Por fim, pensando aqui, fiquei apenas curioso com o título do seu livro e não consigo pensar em alguma coisa que não tenha relação com ou faça alusão a *Os donos do poder*, do Faoro. Parece-me uma oportunidade boa demais para deixar passar”. Daí nasceu o título definitivo do trabalho: *O país dos privilégios – vol. 1: os novos e velhos donos do poder*.

Uma ideia que surgiu enquanto eu consultava *Os donos do poder* na pesquisa para a elaboração de *O país dos privilégios* foi que a obra de Faoro era muito mais citada do que propriamente estudada na academia e nos meios intelectuais brasileiros.



A obra de Faoro  
era muito mais citada  
do que propriamente  
estudada na academia e  
nos meios intelectuais  
brasileiros.



Procurando buscar evidências para comprovar essa hipótese, realizei para este ensaio na *Parêntese* um exercício simples. No acervo dos principais jornais brasileiros, busquei o número de citações em reportagens e artigos de colunistas a três expressões presentes no título de obras clássicas do pensamento político e sociológico brasileiro e que se tornaram sínteses e símbolos para explicar aspectos fundamentais de nossa evolução histórica ou da

realidade atual. As expressões selecionadas foram “casa grande e senzala” (título da obra de Gilberto Freyre, de 1933), “raízes do Brasil” (livro de Sérgio Buarque de Holanda, de 1936) e “donos do poder” (em referência ao trabalho de Raymundo Faoro, lançado em 1958).

No acervo do jornal *O Estado de S.Paulo*<sup>2</sup> existem 1491 referências a “donos do poder”, quantidade muito superior às expressões “raízes do Brasil” (638) e a “casa grande e senzala” (366). Já no site do diário *O Globo*<sup>3</sup> observa-se a mesma disparidade: “donos do poder” aparece em 1.227 matérias, bem à frente de “raízes do Brasil” (632) e “casa grande e senzala” (592)<sup>4</sup>.

Também no extinto *Jornal do Brasil*, de acordo com busca realizada na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional<sup>5</sup>, há 958 ocorrências da expressão “donos do poder”, contra 697 de “casa grande e senzala” e 413 de “raízes do Brasil”.

É bom destacar que esse levantamento foi feito levando em consideração o período posterior ao lançamento de cada uma das obras até o final de novembro de 2025. Portanto, a predominância das referências

<sup>(2)</sup> Saiba mais em: <https://www.estadao.com.br/acervo/>

<sup>(3)</sup> Saiba mais em: <https://oglobo.globo.com/acervo/>

<sup>(4)</sup> Embora o site da Folha de S.Paulo também tenha uma seção que permite a busca no seu acervo, há um problema nos resultados das consultas, pois eles consideram as vezes em que os termos consultados aparecem isolados na matéria, e não a expressão exata. Assim, quando se busca “donos do poder”, vêm todos os resultados que aparecem as palavras “donos”, “do” e “poder” numa reportagem, em qualquer ordem e mesmo citados em frases diferentes – e não na sequência exata, como acontece nos outros jornais pesquisados. Esse tipo de deficiência no sistema inviabilizou a pesquisa no referido periódico.

<sup>(5)</sup> Saiba mais em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

ao conceito lançado por Raymundo Faoro é ainda maior, visto que seu livro clássico veio à luz mais de duas décadas depois das obras-primas de Sergio Buarque de Holanda e de Gilberto Freyre.



Raymundo Faoro é ainda maior, visto que seu livro clássico veio à luz mais de duas décadas depois das obras-primas de Sergio Buarque de Holanda e de Gilberto Freyre.



Outra observação muito relevante é que essas menções não necessariamente refletem uma análise direta das obras ou sequer uma referência a elas nos textos jornalísticos. O propósito aqui não foi destacar o número de vezes em que as obras de Faoro, Holanda ou Freyre foram citadas nesses veículos da imprensa; pelo contrário, a proposta foi medir como os títulos de seus trabalhos entraram para o nosso imaginário, a ponto de se tornarem metáforas ou metonímias para situações de desigualdade social (“casa grande e senzala”), para nossa formação histórica (“raízes do Brasil”) ou ainda para as relações personalistas ou patrimoniais no país (“donos do poder”).

Nesse caso, portanto, verifica-se que Raymundo Faoro foi muito feliz em batizar sua obra máxima, dado que a expressão “os donos do poder” entrou para o seletorol de termos que sintetizam aspectos relevantes das relações sociais no Brasil. O mais intrigante, porém, é que essa relevância não se manifesta no interesse da comunidade acadêmica em se debruçar profundamente sobre o trabalho de Faoro e sua contribuição para o pensamento político, histórico e sociológico brasileiro – pelo menos não na mesma proporção de outros notáveis autores que foram seus contemporâneos.



Raymundo Faoro foi muito feliz em batizar sua obra máxima, dado que a expressão “os donos do poder” entrou para o seletorol de termos que sintetizam aspectos relevantes das relações sociais no Brasil.



Pesquisa realizada no catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)<sup>6</sup> indica que existem apenas 37 dissertações de mestrado e 9 teses de doutorado contendo menção a “Raymundo Faoro” em seu título ou resumo. Na

<sup>6</sup> Saiba mais: [https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!](https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/)

mesma base de comparação, o verbete “Sergio Buarque de Holanda” aparece nos nomes e *abstracts* de 138 trabalhos de final de curso no mestrado e 67 no doutorado, enquanto as referências a “Gilberto Freyre” lideram com menções em títulos ou resumos de 195 dissertações e 94 teses.

Levantamento em base mais ampla, o Portal de Periódicos da Capes<sup>7</sup>, indica a mesma distorção em desfavor do autor de *Os Donos do Poder*: 103 menções a “Raymundo Faoro”, 424 a “Sérgio Buarque de Holanda” e 1029 a “Gilberto Freyre”. Ampliando a comparação com outros pensadores que se propuseram a interpretar o Brasil, essa base revela 610 referências a Florestan Fernandes, 634 a Celso Furtado e 1.139 a Darcy Ribeiro – todos, portanto, com muito mais trabalhos acadêmicos versando sobre suas pesquisas.

Novamente é preciso destacar que essas pesquisas são limitadas, pois não abarcam todo o universo da produção acadêmica brasileira. Mas mesmo assim, trata-se de uma evidência que aponta para o enigma de a obra de Raymundo Faoro ser muito menos estudada do que deveria na academia brasileira.



O enigma de a obra de Raymundo Faoro ser muito menos estudada do que deveria na academia brasileira.



Afinal, o que levaria uma obra que entrou para o imaginário nacional – se não popular, pelo menos da intelectualidade brasileira, como se vê no uso de seu título de forma tão frequente e corriqueira nos principais jornais do país ao longo das últimas décadas – a motivar tão poucas análises e pesquisas históricas, sociológicas, políticas e econômicas na academia brasileira?

Aqui entro no pantanoso terreno das especulações, visto que nunca me aprofundi no levantamento de referências bibliográficas para responder a esse “enigma de Faoro”.

Minha primeira hipótese aponta para o estilo de escrita de Faoro. Tanto pela monumentalidade do trabalho – feito notável para quem contava com apenas 33 anos quando do lançamento da sua primeira edição – quanto pelo vernáculo difícil e o excesso de citações de textos históricos, muitos deles extraídos do original no “português de Portugal”, a leitura das 832 páginas de *Os donos do poder* (valho-me aqui da versão mais recente, da editora Companhia das Letras) é difícil, e pode acabar afugentando jovens pesquisadores.

Tomo isso por experiência pessoal: minha primeira tentativa de ler a obra de Faoro se deu quando eu elaborava a minha tese de doutorado em Direito e, não tenho vergonha de admitir, não consegui levar ao fim a empreitada, por considerar o texto complexo e de baixa relação custo-benefício (aqui o economista falou mais alto) em relação aos objetivos da minha pesquisa, que era aplicada e destinada a verificar, com base nos dados de doações de campanha, a influência empresarial no Legislativo brasileiro recente. Eu só fui

<sup>(7)</sup> Saiba mais: <https://www.periodicos.capes.gov.br/>.

superar essa barreira alguns anos depois, ao escrever *O país dos privilégios*, ciente das conexões que o clássico de Faoro traz para entender o Brasil atual. Desta feita pude compreender que, tal como acontece com a leitura de *Grande sertão: veredas*, a imersão no universo retratado por Faoro exige perseverança ao se encarar as primeiras trinta ou quarenta páginas – e torna-se extremamente recompensadora vencido esse limiar.

Mas a dificuldade da linguagem e o estilo muitas vezes hermético do autor não são justificativas para o baixo impacto que uma obra tem no meio acadêmico. O próprio Guimarães Rosa é exemplo disso, sendo objeto de 681 dissertações de mestrado, 309 teses de doutorado e 1.749 textos em periódicos de acordo com as bases da Capes. E aqui levanto duas outras hipóteses para o baixo trânsito da obra de Raymundo Faoro no universo da pesquisa acadêmica.

A primeira delas decorre do fato de Raymundo Faoro não ser um acadêmico no sentido estrito da palavra. Num dos poucos registros em vídeo de entrevistas e palestras do autor disponíveis no YouTube – a gravação da conferência “A questão nacional e a modernização”, realizada em 31/03/1992 no Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo – isso fica bastante explícito. Logo no começo da sua fala, após as introduções feitas pelos professores Carlos Guilherme Mota e Jacques Marcovitch, Raymundo Faoro se mostra desconfortável com o ambiente universitário e com os títulos por meio dos quais foi apresentado: “Eu estou ligado a este instituto desde o seu começo e eu nunca entendi por que me chamaram

aqui. Sinceramente eu queria dizer até ao professor Jacques Markovitch, e ao Mota também, quando me apresentam como cientista político, historiador, jurista, eu suponho que estão falando de outra pessoa. Eu sou meramente um advogado – tolamente um advogado, e talvez no velho estilo, nem um advogado moderno”.



Eu sou meramente um  
advogado – tolamente um  
advogado, e talvez  
no velho estilo,  
nem um  
advogado moderno



Certamente a atividade profissional de Faoro, cujo ápice talvez tenha sido a presidência do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil no momento crucial das articulações pela redemocratização (1977-1979), dificultou sua inserção no mundo acadêmico. Prova disso é que até hoje paira, inclusive no meio da intelectualidade brasileira, uma controvérsia até mesmo quanto à correta pronúncia de seu sobrenome. Para uns, *Faôro*, para outros *Fáoro*. Esse outro enigma, aliás, só foi dirimido para mim muito recentemente pelo dileto Luís Augusto Fischer, ao me dizer que os filhos de Raymundo se apresentam como *Fáoro*, e não *Faôro* (que era a forma como até então eu me referia ao autor).



Prova disso é que até hoje  
paira, inclusive no meio da  
intelectualidade brasileira,  
uma controvérsia até  
mesmo quanto à correta  
pronúncia de  
seu sobrenome.



A intensa atividade do autor como advogado e liderança política da sociedade civil certamente lhe privou de tempo e oportunidades para participar mais intensamente dos debates acadêmicos em seminários e publicações em revistas especializadas. Por não ser um professor universitário, Faoro também não teve condições de desenvolver uma linha de pesquisa própria, que pudesse ter fomentado a formação de gerações de orientandos que pudessem aprofundar teoricamente e testar de forma empírica as hipóteses lançadas em *Os donos do poder* nas décadas seguintes à sua publicação.

Somada à rarefeita vida universitária de Faoro – e aqui eu mergulho de cabeça no lamaçal das especulações –, a marcante influência weberiana em seu trabalho principal também pode ter contribuído para seu relativo isolamento na produção acadêmica brasileira. Sabemos que os grandes pensadores brasileiros do século XX sofreram forte impacto das ideias marxistas em sua formação (não

necessariamente como seus seguidores, mas se apropriando de conceitos e dialogando com esse marco teórico), e talvez isso tenha prejudicado em alguma medida a repercussão de suas reflexões junto à elite da academia brasileira nas ciências humanas.

Todas as hipóteses levantadas aqui – o estilo, a carreira fora do ambiente universitário e seu alinhamento ao weberianismo – são apenas especulações sobre as razões para um menor impacto da obra de Raymundo Faoro na produção acadêmica nacional, quando comparado com outros gigantes do pensamento histórico e sociológico brasileiro. No entanto, não paira nenhuma dúvida de que *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro* é referência incontornável para o estudo da formação histórica do Brasil, sobretudo para as épocas colonial, do Império e das primeiras décadas da República.

O que me fascinou na leitura do trabalho seminal de Faoro, contudo, é que o modo como ele descreve as engrenagens do poder nas raízes dos Estados português e brasileiro é essencial para entender o Brasil atual e os desafios que temos para romper o círculo vicioso de desigualdade de renda e baixas produtividade e competitividade econômicas que nos prendem ao passado e nos privam de um presente e um futuro inclusivos e prósperos.

E aqui volto ao sucesso que a expressão “donos do poder” tem no imaginário brasileiro. Em decorrência da maldição de ser um autor muito citado, porém pouco lido, é possível encontrar na imprensa

diversas associações à categoria presente no título da obra-prima de Faoro. Para alguns os “donos do poder” são a classe política, com seus mandos e desmandos sobre a sociedade brasileira. Já outros os associam à categoria de burocratas dos Três Poderes (magistrados, membros do Ministério Público e técnicos do alto escalão dos Ministérios, principalmente nas áreas econômicas), que entra governo, sai governo, conduz a máquina pública, muitas vezes sem perder de vista a manutenção e ampliação dos seus próprios privilégios. Por fim, a depender da percepção do analista, os verdadeiros “donos do poder” seriam a elite empresarial e financeira do país, em geral totalmente desconectada da realidade da população.



É referência incontornável para o estudo da formação histórica do Brasil



Neste ponto vemos claramente a preponderância da influência weberiana sobre a marxista na obra de Raymundo Faoro. Ao adotar o prisma weberiano de “estamento” em detrimento ao conceito de “classe” proposto por Marx, Faoro se antecipa em algumas décadas, e em território nacional, a uma discussão que só muito recentemente ganhou tração na literatura internacional, inclusive sendo laureada com o Prêmio Nobel de Economia.



A preponderância da influência weberiana sobre a marxista na obra de Raymundo Faoro



Conforme apresenta no início do livro, Faoro evita adotar o conceito marxista de “classe” por entender que essa categoria nasce da comunhão de interesses econômicos e produtivos, como acontece na distinção entre capitalistas e trabalhadores. Para ele, em sociedades marcadamente patrimonialistas, como é o caso do Império português e da formação do Estado brasileiro, o mercado não se consolidou a ponto de haver uma cisão na sociedade entre uma burguesia proprietária dos meios de produção e um proletariado que necessita vender a sua força de trabalho para poder sobreviver. Para ele, o poder em Portugal e no Brasil, se consolidou em uma camada social e não econômica, e assim “o estamento político (...) constituiu sempre uma comunidade, embora amorfa: os seus membros pensam e agem conscientes de pertencer a um mesmo grupo, a um círculo elevado, qualificado para o exercício do poder” (p. 87).

Ao longo de sua obra monumental, Faoro vai demonstrando como, desde a formação do Estado português até o Brasil República, três grupos convivem numa relação simbiótica, constituindo um estamento dominante que vai se amoldando conforme as condições políticas e econômicas vão se modificando ao longo dos séculos: os governantes (primeiro a Coroa portuguesa, depois os imperadores brasileiros e finalmente a classe política republicana),

um corpo de funcionários públicos de alto escalão e a burguesia empreendedora (comercial, produtora rural ou industrial).

Nesse sentido, portanto, os analistas da imprensa brasileira que utilizam de forma inadvertida a expressão “*os donos do poder*” em seus mais variados sentidos, estão certos e errados ao mesmo tempo. Corretos porque apontam, individualmente, para integrantes do estamento patrimonialista que comanda o país há séculos. Mas equivocados porque o conceito faoriano não se restringe a uma classe específica.

E aqui reside, a meu ver, o grande trunfo da abordagem de Raymundo Faoro, fundamental para entender não apenas a “*formação do patronato político brasileiro*”, mas a própria dinâmica de funcionamento do “país dos privilégios” em que vivemos atualmente: o estamento que nos domina desde a chegada dos portugueses por estas bandas é constituído por uma relação umbilical entre representantes desses três grupos (políticos, burocratas ou integrantes da elite empresarial), numa troca de favores e concessões que perpetuam privilégios (para si) e ônus e carências (para o restante da população).



Faoro se lança então a desembolar o emaranhado de interesses que conectam a política, o alto funcionalismo e o empresariado



Faoro se lança então a desembolar o emaranhado de interesses que conectam a política, o alto funcionalismo e o empresariado desde a criação do Estado português e seu expansionismo marítimo até chegar ao Brasil dos anos 1930. Em cada regime político e ciclo econômico (pau-brasil, açúcar, algodão, ouro, café e a nossa protoindustrialização), o jurista-historiador demonstra que “a troca de benefícios é a base da atividade pública, dissociada em interesses reunidos numa única convergência: o poder e o tesouro do rei” (p. 94). Substitua o tesouro do rei pelo caixa do Tesouro Nacional e temos o Brasil de hoje sintetizado em uma frase de *Os donos do poder*.

Ao longo da leitura, é possível perceber como o Estado brasileiro herda a lógica de funcionamento do mais primitivo mercantilismo português: “Tudo é tarefa do governo, tutelando os indivíduos, eternamente menores, incapazes ou provocadores de catástrofes, se entregues a si mesmos. O Estado se confunde com o empresário, o empresário que especula, que manobra os cordéis do crédito e do dinheiro, para favorecimento dos seus associados” (p. 143).

Na distante década de 1950, o ainda jovem Raymundo Faoro, recém entrado na quadra dos 30 anos de idade, antecipava reflexões que só muito tempo mais tarde ganharam formalização teórica para explicar por que algumas nações se desenvolvem e outras permanecem estagnadas. A captura das instituições por grupos privados, o capitalismo de laços, o poder dos lobbies, a busca por rendas proporcionada pelas decisões estatais (*rent seeking*), as ineficiências dos monopólios – todos esses fenômenos, presentes na literatura mais moderna da economia e da ciência

política, são exemplificados à exaustão em diversos momentos de nossa história em *Os donos do poder*.

Deixo aqui apenas uma pequena citação do livro para ilustrar a originalidade e a relevância do trabalho de Faoro: “Burguesia e funcionários, afastados pelas atividades e preconceitos, se unem numa mesma concepção de Estado: a exploração da economia em proveito da minoria que orienta, dirige, controla, manda e explora. A mistura das águas seria inevitável, diante da tarefa comum, com iguais proveitos para quem concede os benefícios e para quem os gere. A burguesia, fechado o caminho da revolução industrial no país, se converte em apêndice da nobreza, apêndice que sua rendimentos e se assenhoreia de privilégios” (p. 382).

Num único parágrafo de Faoro é possível identificar traços da teoria sobre elites extrativistas de Daron Acemoglu e James Robinson, da lógica da ação coletiva de Mancur Olson, do institucionalismo de Douglass North, dos teóricos do *rent seeking* da Escola da Virgínia e da teoria da captura dos economistas de Chicago – todos eles referências obrigatórias em cursos de Economia e Ciência Política mundo afora, vários deles premiados com o prêmio Nobel. Entender as influências que levaram um jovem na Porto Alegre da década de 1950 a desenvolver um raciocínio que se conecta a teorias publicadas internacionalmente muitos anos depois é outro enigma de Raymundo Faoro a ser desvendado.

Mais instigante ainda é perceber como os ecos do velho patrimonialismo português ressoam no Brasil atual de forma “persistente, obstinadamente persistente”, segundo Raymundo Faoro (p. 53). Os

supersalários da elite do funcionalismo público, as emendas parlamentares que garantem a reeleição de políticos, e a parte expressiva do empresariado que só sobrevive diante da concorrência internacional à custa de proteção comercial e benefícios fiscais e crédito subsidiado são apenas mais um capítulo da saga que remonta ao século XII e é relatada e analisada por Faoro.



Entender as influências que levaram um jovem na Porto Alegre da década de 1950 a desenvolver um raciocínio que se conecta a teorias publicadas internacionalmente muitos anos depois é outro enigma.



Das decisões tomadas pelo estamento dominante criam-se e são expandidas benesses de diversas naturezas concedidas em desfavor da grande massa de cidadãos que arcam com uma carga de impostos elevadíssima e péssimos serviços públicos, além de, no papel de consumidores, produtos e serviços caros e de baixa qualidade.

Descobrir, à luz de suas contribuições, o que falta à nossa sociedade para decidir romper com essa herança patrimonialista e fazer com que os “donos do poder” sejam forçados a limitar seus próprios privilégios ao interesse público é, para mim, o enigma mais importante que se impõe do estudo da vida e obra de Raymundo Faoro.

# RAYMUNDO FAORO. QUANDO NASCE O INTELLECTUAL<sup>1</sup>

Paulo Augusto Franco

de Alcântara<sup>2</sup>

## INTRODUÇÃO

**N**este ano de 2025, Raymundo Faoro (1925-2003) completaria 100 anos de idade. Na sua biografia pública, Faoro foi um jurista e historiador brasileiro, conhecido “intérprete do Brasil” no século XX. Especialmente desde a segunda publicação de seu livro *Os donos do poder* (1958; 1975), as ideias de Faoro influenciam parte das mais perenes representações sobre o passado e o presente brasileiro, em especial, sobre a persistência do Estado Patrimonial que, ao mesmo tempo, está a serviço do estamento e deles se serve. Esse é um retrato de Faoro.

<sup>(1)</sup> Texto adaptado de palestra ministrada na Academia Brasileira de Letras, no dia 8 de maio de 2025, marcando o centenário de Raymundo Faoro. Além do autor deste texto, a mesa foi composta pelos acadêmicos Lília Moritz Schwarcz e Joaquim Falcão. A coordenação foi do acadêmico Arno Wehling.

<sup>(2)</sup> Doutor em Antropologia Cultural pela UFRJ, mestre em Ciências Jurídicas e Sociais pela UFF, graduado em Direito pela UFOP. Desenvolveu pesquisa de pós-doutorado no Departamento de Antropologia da USP com financiamento da FAPESP. Atualmente é professor do curso de Direito da ESPM/SP e pesquisador colaborador no Departamento de Antropologia da USP.

Muito se recorda também de um Raymundo Faoro à frente da Ordem dos Advogados do Brasil entre 1977 e 1979, um momento crucial da redemocratização no Brasil. Durante a constituinte de 1988, Faoro, escrevendo quinzenalmente da extinta revista *Istoé Senhor*, já denunciava a construção de uma democracia realizada por meio de pactos entre as elites patrimoniais no Brasil, incluindo os militares. É dele a ideia de que no Brasil se cria primeiro as instituições para depois se inventar o povo.

Neste texto, eu apresentarei algumas cenas de um personagem anterior, ainda muito jovem e anônimo: um Raymundo introvertido, sonhando em se tornar um intelectual, vivendo na Porto Alegre dos anos de 1940, enquanto cursava a Faculdade de Direito (1944-1948).

Eu assim farei lendo os diários que ele escreveu naquele período: um arquivo totalmente inédito de vinte cadernos organizados por anos e meses de escrita, no qual eu tenho submergido etnograficamente nos últimos anos em busca dos meandros complexos da formação pessoal e intelectual desse escritor.

## 8 DE MAIO DE 1946: O MEDO E A RECLUSÃO

O dia é 8 de maio de 1946. Raymundo está dentro de um quarto de hotel, onde vive desde, pelo menos, 29 de janeiro do mesmo ano. Ele retorna a escrever diariamente após uma pausa de quase um ano. Ele acabara de completar vinte e um anos de idade, no dia 27 do mês anterior.



sobre aumento acelerado dos custos de vida, em especial dos alimentos e dos combustíveis na cidade. O país vive as consequências econômicas da Segunda Guerra Mundial. Na capital gaúcha, as proclamadas reformas urbanas promovem a expulsão de indivíduos e grupos populares do centro para as zonas menos nobres, resultando na formação e ênfase espacial da pobreza e das desigualdades de classe e raça nos arrabaldes (Monteiro, 1995).



Na capital gaúcha, as proclamadas reformas urbanas promovem a expulsão (...) do centro para as zonas menos nobres



A vida de Raymundo é pacata e o vazio dos acontecimentos é preenchido pela leitura, pela escrita e, por vezes, pelos jogos de pôquer no hotel. Já se completa quase um ano que Raymundo deixou o quarto do Hotel Palácio, onde também morava como mensalista desde 1941, na movimentada esquina das ruas Vigário José Inácio e a Riachuelo, próximo a teatros, cinemas e da badalada rua da Praia, ponto de encontro dos intelectuais da cidade, os quais Raymundo ainda observava com distância.

A tranquilidade e o ar mais puro de Belém Novo foram objetivos planejados não somente por Raymundo, mas também por seu médico, dr. Ricaldone, uma referência local no tratamento das “moléstias do pulmão”, conforme um anúncio

publicado no jornal *Correio do Povo*, em abril do mesmo ano. O antibiótico que revolucionará o tratamento da tuberculose ainda não chegou. O dr. Ricaldone assume a “climatoterapia” como recurso crucial no desafio da cura. Assim como Campos do Jordão e Correias, Belém Novo é associada como um “sanatório” para a cura de tuberculosos.

Assentado diante de uma escrivania improvisada, Raymundo, doente dos pulmões e com muito receio da morte, além refletir sobre as leituras em andamento, escreve as suas recordações sobre o dia 8 de maio de 1945, data que destaca como um marco importante em sua vida.

## 8 DE MAIO DE 1945: A DESCOBERTA

Um ano atrás, em 08 de maio de 1945, data definida como o final da Segunda Guerra Mundial, Raymundo está em Caçador visitando a sua família. Muitas memórias devem chegar a ele, desde a sua chegada, aos seis anos de idade, até a sua formatura no Colégio Aurora, onde foi orador da turma. O gosto declarado pela leitura e o conhecimento de alguns pensadores clássicos como Nietzsche e Voltaire fez com que os colegas o apelidassem como “filósofo”. A escolha por gravar essa informação nos diários sugere o orgulho do jovem por aquilo que talvez lhe sugerisse uma precocidade na inteligência. Nada ingênua, apesar de não explícita, a escrita já demonstra as suas aspirações ao ofício de escritor.

Attilio e Luiza Faoro, pais de Raymundo, deixaram Vacaria, no interior do Rio Grande do Sul, apostando numa vida mais próspera na região do Contestado, que, à época, se erigia em meio a um surto

econômico ligado à madeira do pinho. Lá desembarcaram trazendo os filhos Laurindo, Aurora, Ernesto e Raymundo. A antropóloga Giralda Seyferth (1992) diria que o casal estava investido de uma “italianità”, um ethos ou um espírito de trabalho duro e empreendimento, remanescente da colonização no sul do Brasil: um espírito de grandeza baseado no trabalho. No futuro, Raymundo compreenderá que tal espírito aspiracional, inserido num contexto nacional tão desigual e carente de mobilidade social, será uma característica da formação da sociedade brasileira.

Em Caçador, Raymundo viu os pais inaugurando um armazém de secos-e-molhados. Em 1932, Attilio construiu uma pequena usina hidrelétrica às margens do rio do Peixe. Mas, na concepção de Raymundo em seus escritos, a “má-iluminação” da cidade serve menos a qualificar a escassez de luz elétrica e mais a falta de vida intelectual, onde ninguém teria lido os romances de Balzac. O pai Attilio, apesar de descrito pelo ainda jovem filho como “áspero” e “de poucas letras”, era “amante da inteligência e da política”.



No futuro, Raymundo compreenderá que tal espírito aspiracional, inserido num contexto nacional tão desigual e carente de mobilidade social, será uma característica da formação da sociedade brasileira.



A despeito do Ginásio, da inspiração em sua professora de Literatura D. Albina e da inteligência do pai, o contexto narrado como limitador enfatiza um jovem crescendo, com muito esforço. O “filósofo” gravará em seu corpo alguma tristeza da infância que, por vezes, será lida como timidez. Entre os 9 e os 10 anos, recorda-se na escrita, era um menino vestindo roupas baratas e sapatos rotos, trabalhando atrás do balcão da loja da família, pesando gêneros e enchendo garrafas de querosene e vinagre. Escondia-se para não ser ridicularizado pelos colegas e pela menina por quem nutria um amor secreto à época, a quem chama de “A”.

O jovem que desembarca em Porto Alegre, em 1941, próximo da data da grande enchente que irá assolar o centro da cidade, é aquele dos 16 anos de idade, cheio “dos sonhos de grandeza” causados, segundo ele, pela sensação de inferioridade. Os seus quase 1,90 metros de altura sustentam um jovem homem que carrega o *habitus* do interior rural na voz, no tom, nos gestos, exprimindo um temperamento introvertido ainda confuso.

Mas as limitações continuam a aparecer em sua escrita. A capital que enxergava, de longe, como cosmopolita o frustra e, muito solitário, ele critica, de perto, uma sociedade que, à luz do que lê em Machado de Assis, é dominada pelos interesses burgueses e pela falta de “espírito”.

8 de maio de 1945, cerca de quatro anos após o discurso que proferiu como orador da turma do ginásio Aurora. Raymundo é ingressante na Faculdade de Direito. Além de visitar a família, a viagem a Caçador tem outro propósito. Ele está prestes a

discursar num comício do candidato local da oposição, apoiado pelo pai Atílio. Por volta das quatro da tarde, Raymundo subiria ao palanque para provar a sua predestinação ao mundo da política. Mas nos minutos que antecederam o ato, faltou-lhe a palavra. Uma febre súbita o acometeu e o impediu de fazer o discurso tão planejado.

Saindo do comício fui à farmácia e tomei uma injeção contra a gripe e tomei um copo de vinho fortificante. À noite, porém, recolhendo-me mais cedo que o habitual, no corredor do meu quarto, após tossir, senti que alguma coisa quente me subia à boca. Escarrei. Era sangue. Voltei a escarrar. Era sangue novamente. (Diário, 8 de maio de 1945)

## **8 DE MAIO DE 1947: NASCE O INTELLECTUAL**

Dois anos após a data da primeira hemoptise, Raymundo lê e escreve de maneira obsessiva. A prática da escrita está repleta de significados que nem sempre podem ser imediatamente apreendidos na topografia do texto.

Num primeiro momento, os diários são repositórios de informações imediatamente coletadas com as leituras, ao mesmo tempo em que são espaços para um decantar das ideias ou, nas palavras do próprio escritor lendo o poeta Castro Alves, um “borbulhar do gênio”. A escrita solitária faz ainda as vezes de

uma companhia que preenche o tempo do jovem recolhido para o tratamento da tuberculose. Pode purificar tanto os pulmões quanto as ideias.

É certo que Raymundo tem nos diários a intenção que o historiador Philippe Artières (1998) chamou de “arquivamento de si mesmo”, prática, no Brasil de meados do século XX, muito própria dos intelectuais. Enquanto escreve, Raymundo lê os diários do escritor André Gide e os escritos de viagem do filósofo alemão Hermann von Keyserling. Nesse sentido, os diários são, em suas palavras, um “ateliê”, no qual o intelectual se faz enquanto um artesão disciplinado e minucioso que, ao esculpir as próprias ideias, esculpe a si mesmo, forjando o intelectual que pretende ser.

Da mesma forma, o trabalho solitário desse intelectual é uma representação coletiva que Raymundo já conhece. O dramaturgo Henrik Ibsen já o chamara atenção quando escreveu que “o homem mais forte é o mais solitário”. Theodemiro Tostes, poeta local, recorda-se de que à época a solidão fazia parte de um ethos literário (Fretta 2010: 16).

Além de uma simples medida higiênica o escrever é um fator de disciplina e purificação. Purificação porque liberta a consciência dos sentimentos peçonhentos e corrosivos. Como disciplina ensina a pensar com ordem e exprimir, de qualquer forma, mas exprimir as ideias. Porque ter ideias na vida de um escritor, não é tudo. Pode-se dizer que é quase

nada. Importante, e, quase digo principal, é saber externá-las. É saber dar-lhes uma forma atraente. É saber provocar em quem a lê um ambiente de simpatia. (Diário, 1 de maio de 1946).

A tuberculose também pode ser um atributo convencional desse tipo intelectual. Em uma das muitas visitas que fez ao dr. Ricaldone, Raymundo deparou-se, na sala de espera do consultório, com um livro escrito por Manuel Madeira da Rosa. Nele, o médico listava um número de “tuberculosos célebres”. Ele associava o germe a um poder anormal de criação intelectual: Voltaire, Richelieu, São Luiz Gonzaga, Goethe. Toda doença, nos lembra Le Goff (1985, p.8), pertence a uma história das mentalidades, não apenas restrita a uma história dos progressos científicos. A tuberculose teve, desde a Antiguidade europeia, uma infinidade de representações, em grande parte relacionada ao medo e à regulação moral dos hábitos humanos e sociais, tendo a figura do enfermo desempenhado um número de personagens históricos (Bertolli Filho 1991).

No Brasil, a tuberculose, até então, era compreendida como uma “moléstia social”, associada aos excessos da vida boêmia nas cidades, ao lado da sífilis e do alcoolismo. Na mais terrível das representações, a condição já fora associada à hereditariedade, condenando os grupos “mestiços” à degeneração junto à criminalidade, a loucura e à epilepsia. Lilia Schwarcz (2017: 57) nos conta essa história ao narrar o adoecimento

e a morte de Amália Augusta, mãe de Lima Barreto, 58 anos antes da primeira hemoptise de Raymundo.

Raymundo não experimentou, por óbvio, tais estigmas. Mas, por certo, a morte o assombrava, especialmente nos episódios regulares de febre e muito cansaço. Até alguns anos atrás, entre 100 mil infectados, mais de 70 faleciam em decorrência da doença.



Raymundo não experimentou, por óbvio, tais estigmas. Mas, por certo, a morte o assombrava, especialmente nos episódios regulares de febre e muito cansaço.



No dia 8 de maio de 1947 ele já está com os pulmões quase totalmente cicatrizados e já voltou a viver em Porto Alegre, de novo no Hotel Palácio. A doença já pode ser vista como um atributo do intelectual, tal como leu no livro de Rosa, mas também no romance de Thomas Mann, *A Montanha Mágica*, tradução já publicada pela Livraria do Globo, em Porto Alegre.

Uma coisa, pois, ficar-me-á dessa experiência: o meu espírito dilatou-se. E hoje estou apto a compreender o mundo e principalmente a senti-lo numa visão mais ampla. Esvaiu-se a fascinação do poder (...). Resta-me uma personalidade purificada. (Diário, 9 de maio de 1946)

A data agora ganha um novo significado. Se nela morre desejo de se tornar político, nasce o intelectual.

A data de hoje é a mais importante da minha vida. Ela marca o início de minha procura de encontrar-me. Foi a 8 de maio de 1945, dia da Vitória, que senti a primeira a primeira hemoptise.

Depois daquele dia 8 tudo mudou. Minha vida começou a tomar um novo rumo, as inquietações intelectuais foram tomando corpo ao ponto de dominarem tudo. A política, as ambições de enriquecer, tudo foi abandonado. Só uma coisa importa, agora: minha obra literária. O resto é nada.

## BIBLIOGRAFIA

ARTIÈRES, Philippe. 1998. “Arquivar a própria vida”. Em: Estudos históricos, nº 21.

BERTOLLI FILHO, Claudio. 2001. *História social da tuberculose e do tuberculoso: 1900-1950* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 248p.

FRETTA, Cristiano. 2010. As representações de Porto Alegre em *Poemas de Minha Cidade*, de Athos Damasceno Ferreira. Monografia apresentada como pré-requisito para a conclusão do curso de Licenciatura em Letras com habilitação em Língua Portuguesa e Literaturas em Língua Portuguesa. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

LE GOFF, Jacques. 1985. “Uma história dramática”. In: LE GOFF, J. & SOURNIA, J.-C. *As doenças têm história*. Lisboa: Terramar, p.7-9.

SEYFERTH, Giralda. “Imigração, colonização e identidade étnica (notas sobre a emergência da etnicidade em grupos de origem europeia no sul do Brasil).” *Revista de Antropologia* (1986): 57-71.

SCHWARCZ, Lília Moritz. 2017. *Lima Barreto. Triste visionário*. São Paulo: Editora Companhia das Letras.

## RAYMUNDO FAORO MACHADIANO: A PIRÂMIDE E O TRAPÉZIO

Homero Vizeu Araújo<sup>1</sup>

**É** crucial a contribuição de Raymundo Faoro para a análise e interpretação da obra de Machado de Assis, no mínimo porque ele dedica um longo livro a revelar e expor a qualidade e quantidade assombrosa de registro social e político elaborado pelo ficcionista. Antes de Faoro já havia algum livro e comentários e artigos que tratavam da perspectiva realista e informada de Machado de Assis, mas nada com a amplitude e articulação de *Machado de Assis: A pirâmide e o trapézio*, publicado em 1974. A fama de Machado de Assis podia oscilar um tanto na avaliação da crítica: prosador elegante e irônico, ou ainda psicólogo malicioso de personagens como Brás Cubas, Rubião e Capitu, ou também autor acima dos dilemas do seu tempo e do naturalismo triunfante, o que o levaria à posição de escritor universal e talvez cósmico. Esta sequência de perfis laudatórios foi reformulada no livro de Raymundo Faoro, que organiza e expõe a

sensibilidade social e a perspicácia histórica de Machado de Assis. O romancista foi capaz de vasculhar o Segundo Reinado brasileiro, isto é, a segunda metade do século XIX, em dimensão muito maior do que a de seus contemporâneos escritores, o que torna quase inócua a leitura razoavelmente bem informada e conformista que incide no diagnóstico que considera Machado de Assis um clássico disponível para gramáticas e citações irônicas.



Esta sequência de perfis laudatórios foi reformulada no livro de Raymundo Faoro, que organiza e expõe a sensibilidade social e a perspicácia histórica de Machado de Assis.



Ao estudar e comentar a sociedade fluminense mas também o Brasil enquanto país, Machado revela enorme inconformismo e disposição crítica, que são ainda mais aguçados pela criatividade e sarcasmo, procedimentos que Raymundo Faoro acumula e desdobra, cruzando trechos de romances, contos e crônicas.

<sup>(1)</sup> Professor de Literatura Brasileira da UFRGS, autor de *Machado de Assis e arredores* (Editora Coragem, 2025), entre outros.

Faoro estava preparado para essa tarefa, em boa medida, porque escrevera um clássico de interpretação do Brasil, *Os donos do poder – Formação do patronato político brasileiro*, que foi lançado em 1958, mas com segunda edição muito aumentada em 1973. Para além de ser um longo e abrangente ensaio de interpretação histórica a avaliar e denunciar as elites portuguesa e brasileira em sua longa trajetória autoritária e espoliadora, o livro de Faoro organiza seu tema mediante lentes que combinam Weber e Marx, entre outros autores; no estudo, há uma complexa articulação conceitual a definir o tema em pauta. Em outras palavras, aqui a análise sociológica e histórica não se restringe à síntese jornalística ou ao esforço de divulgação bem-informado. A argumentação de *Os donos do poder*, que também já se valia de Machado de Assis em trechos decisivos, estabelece uma concepção refinada de Brasil enquanto problema, o que por sua vez rende uma análise também ambiciosa da obra machadiana. O célebre pessimismo machadiano, por exemplo, ganha traços de dispositivo de revelação dos aspectos mais nefastos e constrangedores da sociedade brasileira urbana.

Para o Faoro de 1958 já era evidente a avassaladora qualidade da informação acumulada na obra machadiana. Tanto é assim que, salvo engano, todas as referências a Machado de Assis já estavam na primeira edição de *Os donos do poder*, inclusive a referência algo sibilina ao conto *Dona Benedita*, que emerge do livro *Papéis avulsos* (1882) para encerrar o raciocínio de Faoro, como que dando o arremate machadiano para a longa análise e interpretação dos meios, modos e desmandos dos donos do país. Abaixo o último parágrafo do último capítulo de *Os donos do poder*:

Em lugar da renovação, o abraço lusitano produziu uma *social enormity*, segundo a qual velhos quadros e instituições anacrônicas frustram o florescimento do mundo virgem. Deitou-se remendo de pano novo em vestido velho, vinho novo em odres velhos, sem que o vestido se rompesse nem o odre rebentasse. O fermento contido, a rasgadura evitada gerou uma civilização marcada pela veleidade, a fada que presidiu ao nascimento de certa personagem de Machado de Assis, claridade opaca, luz coada por um vidro fosco, figura vaga e transparente, trajada de névoas, toucada de reflexos, sem contornos, sombra que ambula entre as sombras, ser e não ser, ir e não ir, a indefinição das formas e da vontade criadora. Cobrindo-a, sobre o esqueleto de ar, a túnica rígida do passado inexaurível, pesado, sufocante.

E note-se que *A pirâmide e o trapézio*, de 1974, encontra-se próxima da segunda edição do clássico de Faoro que é publicada em 1975, em dois volumes e drasticamente encorpada. Isto é, a ampliação e revisão de *Os donos do poder* é paralela e contemporânea da elaboração do livro sobre Machado de Assis. Que as obras se completam já está registrado no título, que remete aos argumentos de *Os donos do poder*, além de brincar com as epígrafes colhidas em *Memórias póstumas de Brás Cubas*, como notou Leopoldo Waizbort, em seu extraordinário livro *A passagem do três ao um*:

Uma nota acerca do título do livro sobre Machado de Assis: *A pirâmide e o trapézio*. Uma das epígrafes do livro fala das pirâmides do Egito, algo que é imutável, mas muda; e outra do trapézio na cabeça de Brás, no qual se dependurou a ideia fixa, algo que não muda, mantém-se balançando. Ora, a chave está dada em *Os donos do poder*: as pirâmides do Egito são a sociedade, que espera por sua salvação; a ideia fixa dependurada no trapézio é o estamento, balançando sem cair nos seis séculos de história.



A ampliação e revisão de *Os donos do poder* é paralela e contemporânea da elaboração do livro sobre Machado de Assis



Comparece aqui também um arranjo significativo, com Machado de Assis no encerramento de *Os donos do poder*, e com trecho deste livro explicando o título de *A pirâmide e o trapézio*.

Do cruzamento de citações e análises em *A pirâmide o trapézio*, monta-se um vasto mosaico de romances e contos, não excluídas as excepcionais crônicas de Machado,

tudo isso a revelar o volume colossal de informações que o autor registrava e reelaborava. A feição de catálogo que às vezes assume a exposição de Raymundo Faoro é enganosa ao tornar-se um tanto dispersiva e digressiva, porque, afinal, o conjunto de análises e interpretações de Faoro mostra-se dirigido pela avaliação de que o Brasil transitava de uma sociedade estamental, relativamente estável, para uma sociedade de classes, submetida à dinâmica capitalista, mais instável e dinâmica, de acordo com outro comentário de Leopoldo Waizbort, que aqui retomo e apresento em paráfrase. Uma “transição de uma ordem solidária, para outra, a contratual”, daí decorrendo até mesmo a ruína de uma estrutura estamental guiada por critérios de honra e prestígio. Neste quadro em alteração, a obra machadiana guiou-se, segundo Faoro, pelo moralismo, no sentido de que o moralista assume, em uma situação de mudança, uma atitude de estranhamento, que comporta certa surpresa, alguma distância e alguma decepção, e às vezes amargura, mas também diversão, a depender do autor. Em Machado de Assis predominaria a decepção.



O conjunto de análises e interpretações de Faoro mostra-se dirigido pela avaliação de que o Brasil transitava de uma sociedade estamental (...) para uma sociedade de classes, submetida à dinâmica capitalista.





Raymundo Faoro, foto oficial da Ordem dos Advogados do Brasil, na presidência (1977-1979).

Machado, vivendo na segunda metade do século XIX, acompanhava a passagem nada linear, cheia de superposições e resistências, da lógica estamental para a lógica classista, mas contemplava o movimento com os olhos educados no regime do estamento: os costumes e personagens encontravam-se no fluxo de ajuste, de alguma tensão e mesmo de confronto. Embora, de acordo com Faoro, o estamento permaneça: ajusta-se mas permanece. Waizbort reforça que o moralista/ficcionista estuda e reelabora a tensão entre as ideias e o modo como elas existem na prática, dentro deste contexto de transição: “Os seus leitores podem lembrar-se, certamente, de mais de um passo em que se faz a apologia da glória ou, seu negativo, o temor da obscuridade, mal maior.”



Embora, de acordo com Faoro, o estamento permaneça: ajusta-se mas permanece.



O célebre emplasto de Brás Cubas reforça o argumento da busca da glória, mesmo que mediante um emplasto muito duvidoso, com escandalosa tendência à charlatanice:

Agora, porém, que estou cá do outro lado da vida, posso confessar tudo: o que me influenciou principalmente foi o gosto de ver impressas nos jornais, mostradores, folhetos, esquinas, e enfim nas caixinhas do remédio, estas três palavras: *Emplasto Brás Cubas*. Para que negá-lo? Eu tinha a paixão do arruído, do cartaz, do foguete de lágrimas. Talvez os modestos me arguam esse defeito; fio, porém, que esse talento me não de reconhecer os hábeis. Assim, a minha ideia trazia duas faces, como as medalhas, uma virada para o público, outra para mim. De um lado, filantropia e lucro. De outro lado sede de nomeada. Digamos: – amor da glória.

Combinados e ambiciosos, os dois livros de Raymundo Faoro encerram grande coerência que evidencia o tutano e a dimensão estrutural da reflexão do autor, para quem Machado de Assis tornara-se um guia a elucidar o quadro social e político do Brasil.

## 1977-1979: QUANDO A OAB FOI HEROICA

Tarso Fernando Herz Genro<sup>1</sup>

**E**m 1974 o MDB (Movimento Democrático Brasileiro) vence, em plena ditadura, as eleições nacionais e assume 16 das 22 vagas em disputa no Senado e ainda empalma 44% das cadeiras da Câmara Federal. O resultado do pleito leva desassossego aos meios militares e inicia a deslegitimação do seu regime salvacionista, cuja crise também aprofunda o “racha” nas corporações armadas.

Estrutura patrimonialista e formação de estamentos, montados como burocracia dominante na sociedade brasileira. É a tradição nacional a partir do Brasil colônia, conjugada com a modernização parasitária, de fora para dentro, estabelecendo um nexos entre patrimônio e serviços do estado, como sequência histórica palpável. É Weber, mediado pela constatação de Faoro, na cultura política do país, que flagrou na força do estamento a configuração histórica dos “donos do poder”.

A classe social existe, mas seu papel dominante e dirigente, se expressou, sempre - segundo Faoro - mediado pela burocracia a serviço do patrimônio, como força constituinte do Estado legal, ancorada na sua relação com o passado colonial: “restaure o habeas corpus” foi a demanda grave de Faoro a Geisel, no encontro entre os

dois, articulado pelo Senador Petrônio Portela, quando a “abertura” era apenas uma fraca luz quase invisível no horizonte da ditadura.

Este momento foi o primeiro dos “pontos de inflexão” do regime, que provocou uma luta surda e feroz, entre os defensores da “linha dura”, de um lado, que pretendiam manter todo o aparato repressivo em funcionamento, obstar a investigação de torturas e assassinatos nos porões do regime, bem como sufocar qualquer possibilidade de anistia.

Do outro lado estavam os defensores de uma distensão “lenta, segura e gradual”, em torno do Presidente Geisel, em disputa interna no corpo político do regime e na sua burocracia estatal, que se acelera com o resultado das eleições de 74. Em 1977, Geisel teve o mérito de compreender que o regime iria se esboroar nas crises do petróleo e reagiu no estilo clássico dos ditadores: fechou o Congresso Nacional e promoveu a decretação arbitrária de uma “reforma política”, criando a figura dos senadores biônicos - eleitos indiretamente para a Câmara Alta -, medida que prometia uma sobrevivência ao partido do regime, “cívico-militar” em 1964, que se constituiu de fato como um projeto “cívico-militar”.

A “abertura” planejada pelo regime tem um outro (segundo) “ponto de inflexão”, que foi no momento da célebre afirmação do General Figueiredo, “eleito” Presidente em 15 de março de 1979, quando a sua notória frase de estadista militar, que causa grande repercussão nacional e internacional: “É pra abrir mesmo, e quem não quiser que abra eu prendo e arrevento.”

Os atos de terrorismo de estado cometidos pela extrema direita militar e policial e

<sup>(1)</sup> Jurista e escritor, foi Prefeito de Porto Alegre, Governador do Rio Grande do Sul, Ministro da Justiça e da Educação

os assassinatos e torturas do regime prosseguem durante o Governo Geisel, ao mesmo tempo que ele autoriza o discurso da distensão “lenta e gradual”, embora os seus comandados continuassem assassinando militantes políticos e guerrilheiros.

A repressão sem controle chega até o jornalista Wladimir Herzog. O assassinato de Herzog, jornalista da TV Cultura de São Paulo, é o terceiro “ponto de inflexão” do regime. Ele fora espontaneamente prestar um depoimento na famigerada gestapo brasileira, a Operação Bandeirantes, de São Paulo, onde foi cruelmente torturado e morto (25 de outubro 1975), dentro das instalações da referida operação.

Geisel toma o pulso da situação e demite o Comandante do II Exército, General Ednardo D’Ávila de Melo, num recado expresso e direto aos expoentes da linha dura. Diz a lenda que esta medida foi tomada depois de uma consulta ao seu irmão, General Orlando Geisel, que teria lhe dito por telefone: “Demita-o com humilhação!”

O regime, que ainda tem um peso enorme dos militares da linha dura, cria então um quarto “ponto de inflexão”, que sucede as eleições de 74, já na gestão de Seabra Fagundes na Presidência do Conselho Federal OAB. E o faz com outra ação terrorista de estado, em 27 de agosto de 1980, com o assassinato da Sra. Lydia Monteiro da Silva, Secretária do Conselho Federal da OAB, cometido através de uma carta-bomba, que lhe foi entregue em mãos por um militar do Exército Nacional.

Raymundo Faoro foi presidente do conselho federal da OAB, entre 1977-1979, período mais crítico para a sobrevivência do regime militar, de uma parte e, de outra, para definir a natureza da transição, que seria conciliada ou promovida através de

uma ruptura política e institucional que, segundo o que ainda pensava uma parte da esquerda, poderia ter um sentido revolucionário. Faoro é o herói da transição democrática que assumiu a liderança da resistência civil ao regime, no momento que a ditadura ainda assassinava os resistentes, fossem eles vinculados ou não à luta armada.



Raymundo Faoro  
foi presidente do  
conselho federal da  
OAB, entre 1977-1979,  
período mais crítico  
para a sobrevivência do  
regime militar.



Sobre esta segunda hipótese (da ruptura), os principais líderes democráticos do país – tanto à esquerda como ao centro – ou não queriam ou não viam uma correlação de forças favorável, que garantisse, após uma ruptura, uma estabilidade institucional prudente para governar, após o que seria uma retirada brusca ou violenta dos militares no poder. Sobre uma transição por dentro da primeira hipótese, a da conciliação, uma boa parte das esquerdas supunha que esta significaria zero de renovação na política nacional, que certamente careceria de um sistema de representação político-eleitoral abriria novos caminhos republicanos para o país.

A opção da maioria das lideranças, que se reuniram numa ampla unidade para pôr fim à ditadura, perante o esgotamento de um regime ainda não cambaleante, foi por um *pacto entre as elites*, dentro

de um poder constituinte originário. Por esta via e meio - no comando político e como resultado histórico da conciliação pelo alto - esteve na proa da transição um Presidente (Vice-Presidente eleito indiretamente) que assumiria o Governo num país em prantos, assombrado pela dolorosa morte do Presidente eleito pelo Congresso, Tancredo Neves.

Alguém (José Sarney) que foi o Chefe do partido político do regime da ditadura coordenou por acaso, mas sem maiores sobresaltos, a transição pelo alto e também o primeiro governo democrático eleito pela oposição depois de 1964. Sarney se saiu bem, numa missão quase impossível, que se encerraria com a Assembleia Nacional Constituinte derivada, cujo mérito foi o de fazer avançar a democracia política, embora deixando o déficit de um país padecendo - até hoje - das incompletudes institucionais que mantém o poder dos estamentos fortes, com classes dominantes fracas, sempre relutantes para definirem a construção de uma nação moderna e soberana.

Penso que, quando aceitou a proposta do Senador Petrônio Portella para reunir com Geisel (o que ocorreu num mês e dia indefinidos durante o ano de 1978 na sede do Conselho Federal da OAB no Rio de Janeiro), Raymundo Faoro considerava que o diálogo poderia comprometer quem chefiava de fato os estamentos que, naquela época, asseguravam a sua influência no Estado, através da força militarizada no poder. E que ouvi-lo sobre a “distensão” talvez pudesse dar um impulso à retomada da democracia política sonhada pela ditadura.

Faoro pensava corretamente que falaria com o homem certo, no momento certo, pois em 12 de outubro de 1977 Geisel já demonstrara sua capacidade de comando sobre as Forças Armadas, ao demitir seu Ministro do Exército Silvío Frota, um grotesco

representante da extrema direita militar, que, segundo informações que circulavam à época, preparava o um golpe, se Geisel ampliasse demasiadamente a “distensão”.

Pela compreensão de Faoro os **estamentos** que dominavam o estado nacional, subjugado pelos interesses das suas elites principalmente rurais (parte delas já urbanizadas), já eram então totalmente dependentes dos militares para definir privilégios, militares que, por seu turno, não queriam se retirar do poder, humilhados pela crise econômica que começava a avassalar o país.

As classes sociais mais altas das pirâmides regionais do poder do país iniciavam, também, a se opor Geisel - não porque ele fosse um “ditador” que defendesse a tortura de presos políticos, mas sim porque ele era visto pelos grandes empresários, principalmente, como dotado de certos arroubos estatistas-nacionalistas, o que não lhe permitiria implementar, então, um projeto compatível com o gigantismo da crise.

Se a transição conciliada era (ou não) a única a possibilidade histórica para mudança de regime não se pode ter certeza, mas se pode ter certeza hoje de que havia uma grande possibilidade, se a visão “rupturista” vencesse, que o Brasil se tornasse palco de algo semelhante a uma guerra do Vietnã, porém sem possibilidade de vitória do campo revolucionário: “o general Geisel e seu principal assessor, o general Golbery do Couto e Silva, sofriam dupla pressão: de um lado, a linha dura do regime queria manter inalterado o status quo do regime; de outro, uma sociedade civil que se mostrava cada vez mais eloquente em seus pleitos. A tensão crescia e, se nada se fizesse, o confronto seria inevitável<sup>2</sup>.” Faoro corajosamente se

<sup>(2)</sup> Raymundo Faoro, o herói da redemocratização do país. Disponível em: <https://www.oab.org.br/noticia/14891/raymundo-faoro-o-heroi-da-redemocratizacao-do-pais>. Acesso em: 05 de maio de 2025.

tornou a voz dessa sociedade civil.

A estabilidade do retorno democrático foi conseguida processualmente, e a movimentação da OAB - naquele período liderada por Raymundo Faoro - foi extremamente importante para a formação de um amplo campo político “gradualista” que, com as sucessivas eleições presidenciais, foi reasentando a nossa democracia política e social para chegarmos até a Carta de 88.



A movimentação da OAB — naquele período liderada por Raymundo Faoro — foi extremamente importante (...) para chegarmos até a Carta de 88.




A formação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social no primeiro Governo Lula alterou a qualidade da “conciliação” política da abertura, dirigindo-a mais para um nível de concertação econômica e social que, pela primeira vez, produziria diretrizes – algumas delas implementadas pelo Governo – com a participação em cena pública de uma enorme pluralidade de sujeitos da sociedade civil, que puseram suas demandas em contraste com as demandas de outros grupos, segmentos e classes sociais, na universalidade social de um país profundamente desigual.

Um artigo de Cândido Grzybowski, publicado em 14/03/2016, reporta a texto

de minha autoria, que aponta os limites da transição, já flagradas como testemunho histórico daqueles tempos lentos: “Concordo inteiramente com o artigo (de Tarso Genro) publicado n’*O Globo* em 10/03/16, em que ele diz qual é a questão central e a ameaça maior neste momento. Caminhamos para uma situação em que a disputa política na sociedade, cada vez mais criminalizada, judicializada, espetacularizada irresponsavelmente pela grande mídia, e radicalizada extrapolando princípios e valores democráticos fundamentais, pode descambar em violência aberta, destrutiva. Toda a sociedade brasileira tem muito a perder com o risco de destruição da democracia, pela qual penamos muito”<sup>3</sup>.

São os tempos do bolsonarismo chegando, com seus dentes afiados, anunciado a época distópica que ainda não vencemos. Vem de um dos grandes juristas do mundo a ideia da reposição da utopia democrática e social, num outro patamar: “As correlações até agora estabelecidas entre as classes de direitos fundamentais – os direitos de liberdade e direitos sociais– agora nos permitem propor uma redefinição estipulativa da distinção direita e esquerda. Nós podemos identificar a diferença básica entre essas duas figuras políticas nas diversas concepções da relação entre Igualdade e Liberdade. Para a esquerda, igualdade e liberdade - e mais geralmente igualdade, liberdade e fraternidade - implicam um ao outro”.<sup>4</sup> Esta “implicação” está na Carta de 88, cuja semente Raymundo Faoro nutriu, com sua grandeza intelectual e coragem oral, lá nos idos dos anos 70.

<sup>(3)</sup> A concertação política como opção estratégica. Disponível em: <https://ibase.br/a-concertacao-politica-como-opcao-estrategica/>. Acesso em: 05 de maio de 2025 .

<sup>(4)</sup> FERRAJOLI, Luigi. *Manifesto pela Igualdade*. Coordenação da tradução: Sergio Cademartori; Tradução Jesus Tupã S. Gomes-1 ed. Florianópolis-SC : Emais Editora, 2023, pg.106.



entrevista

## AS IDEIAS NO LUGAR DE RAYMUNDO FAORO

Entrevista publicada originalmente na Folha de S. Paulo, em 14 de maio de 2000, aqui reproduzida com autorização do autor e do jornal.

Marcelo Coelho <sup>1</sup>

<sup>(1)</sup> Marcelo Coelho é sociólogo e escritor.

**A**utor de um dos maiores clássicos da sociologia brasileira - *Os donos do poder* -, Raymundo Faoro nunca deu aulas na universidade, tendo feito carreira como advogado. Viúvo, mora sozinho, num apartamento sem luxo, na rua das Laranjeiras, no Rio. O bairro, antes aristocrático, hoje é poluído e feio. A impressão de solidão que acomete o entrevistador contrasta com o tom bem-humorado desse gaúcho alto e disposto, que me recebe com cavalheirismo e bonomia. Eu estava intimidado: mais do que Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda ou Caio Prado Jr., a meu ver é Raymundo Faoro quem de fato decifrou o Brasil. Escrito num estilo terso e rico, seu livro é uma verdadeira revolução para quem estiver acostumado aos cânones do marxismo, às dolências de Gilberto Freyre, à ansiosa euforia de Darcy Ribeiro, à gíngua de Roberto DaMatta. Tem-se, em *Os donos do poder*, um retrato quase desesperado da experiência histórica brasileira.



A meu ver é  
Raymundo Faoro  
quem de fato  
decifrou o Brasil



Falsas revoluções, falsas esperanças nada fazem além de confirmar, ao longo de séculos, o domínio daquilo que Raymundo Faoro caracterizou como o “estamento burocrático”. O termo é estranho e requer

explicação. Estamento, em sociologia, é um nome para designar camadas sociais. Seria o equivalente de “classe”. Mas com uma diferença. Enquanto “classe” se define pelas posições que cada grupo assume dentro do sistema produtivo - proprietários dos meios de produção versus operariado -, o “estamento” se define por regras de prestígio, educação, linguagem, “posição”. Assim, na França do século 18 havia três estamentos ou três “estados”: a nobreza, o clero e a burguesia, que desencadeou a revolução. Desencadeou também outro sistema de estratificação social: o que opõe, segundo a propriedade, burgueses e proletários.

Para Raymundo Faoro, vivemos ainda um sistema estamental no Brasil. Burocratas, e não proprietários, detêm o poder. Isso explica a fragilidade de nosso capitalismo e a inexistência de uma real democracia. Os conchavos de ACM com FHC se ligam à frase clássica de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada: “Façamos a revolução antes que o povo a faça”. Uma tradição antirrevolucionária, conciliatória, conformou o Estado brasileiro, sufocando a nação; o estamento burocrático apropriou-se do país, fazendo de todo desenvolvimento econômico o pretexto para o parasitismo e o favorecimento.

Esse, resumindo mal, é o argumento de *Os donos do poder*. Seu autor, desencantado e frio, foi ao mesmo tempo personagem importante no movimento pela democratização do país nos anos 70. Como presidente da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), foi representante, não raro acerbo, da “sociedade civil” nas negociações empreendidas por Geisel e Golbery com vistas à democratização do país. Confessa, hoje, que suas esperanças foram fraudadas. A democracia travestiu-se na enésima conciliação entre poder coronelista e ideologia da modernidade.



Para Raymundo Faoro, vivemos ainda um sistema estamental no Brasil. Burocratas, e não proprietários, detêm o poder. Isso explica a fragilidade de nosso capitalismo e a inexistência de uma real democracia.



Mas não é com rigorismos indignados que Raymundo Faoro recebe o entrevistador. Sua simpatia não exclui a formalidade: tratou-me o tempo todo de “senhor”. No apertado espaço de sua biblioteca -onde têm lugar de honra Borges e Machado de Assis (sobre quem escreveu um livro, *A pirâmide e o trapézio*, Ed. Globo)-, concedeu-me uma entrevista. Avesso a pormenores biográficos, mais interessado em ideias e livros do que em confidências, deu, ao jornalista intimidado, a medida de sua grandeza intelectual.



*Casa da família e Raymundo Faoro na infância.*



**Marcelo Coelho – O sr. nasceu em...?**

**Raymundo Faoro** – Em 1925, em Vacaria, no Rio Grande do Sul.

**MC – Qual a sua origem familiar?**

**RF** – Venho de uma família de agricultores. Quando eu tinha 5, 6 anos, mudamos para o oeste de Santa Catarina. Meu pai era um tipo aventureiro, desbravador. Minha família fundou ali uma pequena hidrelétrica, que naquela época era um empreendimento entregue à iniciativa privada.

**MC – E como foi sua educação?**

**RF** – Fiz os estudos básicos com um casal, dono de uma escola particular da região, que tinha uma perspectiva moderna para a época e talvez até para os dias de hoje: proibiam terminantemente que os alunos decorassem qualquer coisa, exigiam comentários pessoais das leituras que fazíamos. Depois, fiz o secundário num colégio marista, mais tradicional, evidentemente.

**MC – Quais as suas leituras nessa época?**

**RF** – Fui sempre um devorador de livros, lia tudo... li todo o José de Alencar, o que me passasse pelas mãos. Depois, descobri Machado de Assis, que foi uma revelação extraordinária.

**MC – Com que idade foi isso?**

**RF** – Eu devia ter uns 14 anos.

**MC – Depois o sr. fez a faculdade de direito em Porto Alegre.**

**RF** – Sim. Formei-me em 1948. Mas, para trabalhar na advocacia, em Porto Alegre, estava tudo tomado... Os escritórios de advocacia eram os mesmos de havia cem anos. Fui trabalhar no interior. Achei aquilo muito chato. Fiz júris. Tentei provar que um sujeito que matou alguém na frente de cem pessoas era inocente (risos). Vim para o Rio em 1951 -ou 1952- e prestei concurso para procurador do Estado.



Fui sempre um devorador de livros, lia tudo... li todo o José de Alencar, o que me passasse pelas mãos. Depois, descobri Machado de Assis, que foi uma revelação extraordinária.



**MC – Esse contato com a cultura jurídica talvez tenha sido uma vacina contra o oficialismo dominante.**

**RF** – Há coisas formais que, hoje, estão mudando, mas deveriam mudar totalmente. Por que aquele formulário, o “data venia”, o sistema de raciocinar que é o mesmo desde Quintiliano, a introdução, a explicação, a prova, a refutação, a conclusão? É o mesmo clichê, a mesma prosa que, como advogado, nunca segui. Sempre procurei escrever como um cidadão, sem



Certifico que o sr. Raymundo Jacso  
prestou os seguintes exames das matérias de Três ano

MATÉRIA	Grês	Dia	Livre	Fl.
Exato Geral	7,3	10-12-46		fichário
" Geral	7,6	11-12-46		
" Comercial	8	16-12-46		
" G. Internacional	7,3	16-12-46		
Média Geral				

Secretaria da Faculdade de Direito  
aos 21 de Fevereiro de 1947

Euclides S. de Castro  
Secretário

Colégio Aurora (1931) e boletim escolar.

jargão jurídico. Aliás, só escrevi a segunda edição de *Os donos do poder* porque ninguém tinha entendido a primeira.

**MC – Lembro-me de que, quando li *Os donos do poder*, meus colegas de ciências sociais estranhavam a ideia de “estamento”. Sabíamos só que havia classes. O quadro de referências era muito distante do que o sr. escrevia.**

**RF –** A palavra estamento era tão abominada pela cultura marxista da época que, quando Marx escrevia “Stand”, traduzia-se por “classe”. Os marxistas achavam que havia classes até no Império Romano.

Luta de classes no Brasil do século 16? Não havia classe coisa nenhuma... matavam o índio e acabavam com o negro.

**MC – O sr. leu Weber em alemão?**

**RF –** Não, naquela época não lia alemão. Aprendi o francês na faculdade, depois aprendi inglês, mas não falava. Hoje falo alguma coisa. Aprendi o alemão depois, mas hoje não tenho fluência, salvo nos textos sociológicos. Tentei ler *O tambor*, de Günter Grass, em alemão, mas é um dialeto da antiga Dantzig, fiquei desorientado. Meu alemão não dá mais para isso. O inglês tomou conta, e eles traduzem bem, ao contrário dos franceses, que só traduziram a

primeira parte de *Economia e Sociedade*, de Weber. E os mexicanos fizeram muito ao traduzir Weber. Agora vou dar uma de Gilberto Freyre.

**MC – Como assim?**

**RF** – A ideia de patrimonialismo, usada por Octavio Paz: comecei a falar antes dele sobre isso. Talvez nossa fonte tenha sido comum: comecei a achar a sociedade ibérica patrimonialista, como depois os mexicanos passaram a achar também.

**MC – Teve contato com Gilberto Freyre?**

**RF** – Sim, dentro da vaidade tremenda dele... o interessante é que a vaidade dele não era agressiva. Ele me dizia, sobre *Os donos do poder*: “Um de nós dois vai destruir o outro, e eu aposto que você vai desaparecer”.

**MC – Quando ele disse isso?**

**RF** – Isso foi em 1973, antes da segunda edição do livro.

**MC – No momento da primeira edição, como foi recebido o livro?**

**RF** – Nelson Werneck Sodré só faltou me chamar de filho da puta. Outro, mais delicado, foi o Wilson Martins, repudiando tudo o que eu escrevi. Gilberto Freyre escreveu sobre o livro também. Disse que minha tese teria validade, mas que a parte sobre o começo da colonização não tinha pertinência.

**MC – O sr. não chegou a debater com eles?**

**RF** – Tinha muita timidez em discutir com essa gente. Depois passei a conhecer

o Gilberto Freyre, ele me oferecia o famoso licor que fazia todo mundo ficar com dor de cabeça...

**MC – Devia ser uma tática para diminuir o adversário.**

**RF** – Nunca fui muito de licor... era um licor tremendo...



...passei a conhecer o Gilberto Freyre, ele me oferecia o famoso licor que fazia todo mundo ficar com dor de cabeça ...



**MC – Mas, com relação a essa oposição que ele enunciou, *Os donos do poder versus Casa grande & senzala*, qual a sua avaliação?**

**RF** – O contraste não é válido. Freyre escreveu sobre o Brasil do século 16, sobre uma área para onde vinha gente nobilitada ou rica. Não foi o caso do resto do Brasil. No Nordeste, construía-se uma autarquia, um “oikos”. Mas sua visão sobre o patriarcalismo já vinha superada de Portugal. Nunca perdi de vista que o Brasil foi colônia. A produção era para exportação, e o exportador é o dono do negócio - o comissário, o comerciante...

**MC – Em 1958, de qualquer modo, o senhor sofreu uma**

**espécie de prevenção ideológica. O senhor tinha por volta de 30 anos na época.**

**RF** – Trinta anos... mas o livro começou a ser escrito na faculdade, a partir da leitura de Joaquim Nabuco. Vi que a maioria dominante não tinha terra, alimentava-se da própria burocracia. O pai de Nabuco era juiz.

**MC – O sr. começou a interpretar o Brasil a partir do que acontecia no Império.**

**RF** – E se dizia, sobre aquela época, que o senhor de escravos era conservador. Dei uma virada nessa interpretação, que ficou. O conservador lida com a riqueza mobiliária, não com a terra. Ousei fazer, então, a ligação de patrimonialismo com estamento, o que não é weberiano.

**MC – Em tese, a divisão da sociedade em estamentos seria uma estratificação social relativa ao feudalismo etc., coisa que não existia no Brasil. O sr. começou a ler Weber na faculdade?**

**RF** – Sim. Quando vi na livraria aqueles quatro volumes, não tinha ideia de quem era. Depois um exilado espanhol, a quem perguntei sobre aquele autor que me parecia esquisito, me disse: “Mas esse é o grande sociólogo do mundo moderno!”.

**MC – Sua formação anterior era marxista?**

**RF** – Passei pelo marxismo dos intérpretes, aquele lixo todo do Bukhárin.

Nunca gostei do Lênin. Mas o Marx me deslumbrava. E naquele tempo o Stálin ainda estava em moda.

**MC – O sr. tinha uma leitura sistemática dos marxistas?**

**RF** – Tinha, sim. Ainda hoje tenho livros em espanhol, publicados em Montevideo e no México, como a tradução do *Capital* por Wenceslao Roces.



Quando vi na livraria aqueles quatro volumes, não tinha ideia de quem era. Depois um exilado espanhol (...) me disse: ‘Mas esse é o grande sociólogo do mundo moderno!’



**MC – E naquela época, o sr. não tinha participação política?**

**RF** – Não, eu era contra a ditadura [de Vargas], como todos nós éramos, mas achava os políticos muito ridículos, com aquela retórica toda - o mesmo que eu acho hoje.

**MC – O sr. votava em quem, naquela época?**

**RF** – Em 1946, acho que votei no Brigadeiro [Eduardo Gomes, candidato da UDN em oposição a Vargas]. Depois

[jocosamente] fui um dos cem eleitores do João Mangabeira [candidato do PSB à sucessão de Dutra].

**MC – E qual sua opinião sobre a obra de Sérgio Buarque de Holanda, como interpretação weberiana do Brasil?**

**RF –** Mas o Sérgio Buarque não chega a ser weberiano. Tem uma única referência ao Weber, que eu ficava constrangido quando falava com ele, porque não sei de que edição ele tirou, é uma referência truncada: ele diz que o funcionário patrimonial é aquele que trabalhava para si mesmo como um senhor. Mas Weber diz que o funcionário patrimonial é aquele que trabalha para o senhor, não para o Estado. Talvez nas anotações dele tenha faltado essa parte. Mas ele não era um weberiano. Fui muito amigo dele. Saímos muito juntos aqui no Rio, sempre que ele vinha, me ligava. Ele tomava aqueles uísques e não acontecia nada. Era impressionante. Tomava uísque, vinho, e não se alterava. Mas ele tinha uma influência rankiana, do historicismo alemão. Mais Ranke do que Weber. Aliás, não é Ranke quem eu admiro mais no século 19, é Burckhardt (1818-1897).

**MC – A cultura do Renascimento na Itália...**

**RF –** E *Constantino*, que é um livro menos conhecido. Burckhardt tinha preferência pelos momentos de mudança, e o Império de Constantino é uma mudança no mundo antigo. Há inclusive um ensaio de Burckhardt discutindo quando a mudança é autêntica e quando não é.

**MC – Voltando um pouco à recepção de *Os donos do poder*,**

**na primeira edição, ficou a ideia de que seu pensamento era ultraliberal politicamente, levando a uma rejeição por parte da esquerda.**

**RF –** Foi rejeitado pela direita também. Naquele tempo, 1958-60, vivia-se a miragem de que estávamos num Estado capitalista adiantado e de que as coisas funcionavam muito bem, que as instituições eram sólidas. Ninguém queria ouvir o que eu estava escrevendo. Quando veio o golpe, percebeu-se que ao menos estávamos sujeitos a outro tipo de coisa.

**MC – Naquela época, havia um contraste entre a escola de sociologia da USP, Florestan Fernandes, Fernando Henrique e outros, e a sociologia carioca do Iseb, com Hélio Jaguaribe, por exemplo, as duas com uma visão de como se implantava o capitalismo no Brasil.**

**RF –** Ideológicas, as duas visões.

**MC – Quais as suas relações com os dois grupos?**

**RF –** Florestan, apesar de marxista, aceitava minhas teses. Como o Caio Prado, que não cita *Os donos do poder*, mas disse que o livro o impressionava muito.

**MC – Mas o sr. foi posto no gelo naquela época.**

**RF –** Os marxistas me consideraram herético. Se bem que, quando fui eleito para a OAB [Ordem dos Advogados do Brasil], meu adversário, que respeito e cujo nome não quero citar, distribuiu um xerox dizendo que eu era um marxista ortodoxo... levavam as coisas para esse lado...

**MC – Na reedição do livro, em 1975, parece-me que *Os donos do poder* vinha no momento certo... O que houve de alteração de 1958 para 1975? Citando Montaigne, o sr. disse que “não corrigia, mas acrescentava”. Mas houve a leitura de Gramsci nesse intervalo?**

**RF –** Realmente, não mudei nada na tese. De Gramsci houve muito pouco. Acho que não o li nessa época, li mais tarde.

**MC – De qualquer modo, parece que seu livro confluía com uma voga do pensamento de Gramsci junto à esquerda, para quem a ideia de sociedade civil como palco da mudança social assumia um papel antes atribuído à conquista do Estado.**

**RF –** É. Quando a gente falava em sociedade civil, na época da abertura, havia repórteres com medo de que o termo soasse como provocação. Eu dizia: “Publique; se der complicação, eu explico o que é”. Sociedade civil, para mim, vinha muito de Hegel. Li muito Hegel, sobretudo a *Filosofia do Direito*, que era muito pertinente ao que eu escrevi; li no intervalo entre a primeira e a segunda edições.

**MC – Pouco tempo depois o sr. foi eleito presidente da OAB.**

**RF –** Eu era procurador do Estado... estava arriscado a perder o cargo.

**MC – O sr. nunca tinha participado da política?**

**RF –** Não tinha prática política nenhuma. Tanto que, quando surgiu aquele momento do “diálogo” [iniciativa

protagonizada pelo senador Petrônio Portella, com vistas à democratização, no governo Geisel], eu achava que seria enrolado pelos políticos. Então apareceu um velho advogado, um homem curtido em lutas políticas, que era o Neemias Gueiros, a quem transmiti minha insegurança. Ele me respondeu que haveria uma coisa em que eu sempre haveria de ganhar dos políticos: se eu me mantivesse sincero sempre. “Aí eles vão se complicar”, disse Gueiros: “O sincero sempre ganha do esperto”.

**MC – Como o sr. se candidatou à Ordem?**

**RF –** Já era conselheiro lá. Nunca quis ser presidente, mas havia um grande amigo, José Cavalcante Neves, que era presidente e me pôs na vice-presidência. Foi o responsável pelo afastamento dos advogados com relação ao regime militar. Antes, o presidente da Ordem indicava membros do conselho para a Escola Superior de Guerra. Quando o Neves assumiu, já era a época do AI-5; muitos passaram a achar que esse conluio já era demais. Cheguei mais tarde. Não quero dizer quem era meu adversário na eleição, porque seria muito embaraçoso. Mas eu iria votar nele.

**MC – No seu adversário?**

**RF –** Sim. Mas eu lhe perguntei se ele estava disposto, em nome da pluralidade da corporação, a abolir a política na administração da OAB. Ele disse que não. Acho que um advogado deve se pautar pelos direitos humanos, pela luta contra instituições que atacam os homens... é isso que nos dá legitimidade.

### **MC – Foi em 1977?**

**RF** – As crises caíam em cima de nós. O dia em que eu assumi foi o dia do Pacote de Abril [quando Geisel fechou o Congresso e criou os senadores biônicos]. Mas eu pensei muito nesse Pacote de Abril. Chamou-me a atenção a determinação de que reformas constitucionais, a partir daquele ato, poderiam ser feitas por maioria absoluta do Congresso [e não mais por dois terços dos votos].

Acho que ali o Geisel já estava pensando em mudar o regime, apesar da dureza do ato. O governo estava pensando em negociar com o MDB. Mas aí o Ulysses Guimarães faz um discurso sobre o pacote, comparando Geisel a Idi Amin (ditador africano, conhecido por atrocidades e canibalismo). Geisel se enfureceu e não quis mais negócio com a oposição. Petrônio Portella me mandou perguntar se eu topava falar com ele. Disse que sim, depois de consultar o conselho dos advogados. Precisávamos achar um lugar neutro para conversar. Mas ele se dispôs a vir ao Rio, onde conversamos por horas.



Acho que um advogado  
deve se pautar pelos  
direitos humanos, pela luta  
contra instituições que  
atacam os homens...  
é isso que nos  
dá legitimidade.



### **MC – Ele chegou dizendo o quê? O que pretendia?**

**RF** – Disse que, como político profissional, não estava à vontade com o regime vigente e que havia no Planalto a intenção de mudar, de chegar à democracia, de que todos estavam cientes de que aquilo era uma ditadura. Mais tarde, em 1978, mostrou-me a minuta de uma emenda abolindo os atos institucionais. Entretanto não havia a possibilidade de isso ser palatável ao governo militar se não houvesse as salvaguardas relativas a estado de sítio, estado de emergência etc. “Não gosto disso”, disse a ele. “Não sei se essas mudanças são para valer.” Ele me garantiu que eram. Tanto que o sucessor de Geisel não seria uma personalidade ligada ao estamento militar, seria alguém de fora, promovido para ser presidente. A escolha de Figueiredo foi um escândalo na hierarquia. Disseram-me que, se Geisel ia o mais longe possível, Figueiredo iria além.

### **MC – Apresentaram Figueiredo como uma novidade auspiciosa.**

**RF** – É. Mas aí me apresentaram a ideia de um mandato de seis anos. Achei que seria um desastre, que iriam sacrificar aquele cidadão. Até recomendei que lessem Tocqueville, que diz que, no momento em que alguém faz a reforma, a reforma segue por si mesma. Dei o Tocqueville para o Petrônio; não sei se ele lia francês.

### **MC – Petrônio Portella seria um político comum, mediano?**

**RF** – Não, seu perfil era mais o de Tancredo. Só que o Tancredo se defendia muito com o mutismo, e o Petrônio se defendia com a prolixidade.

**MC – O papel de Tancredo nessa época foi pequeno?**

**RF** – Foi muito pequeno. Ele me fez uma visita, já na campanha das diretas. A primeira conjectura que fiz é que ele não queria as diretas. Sua eleição seria improvável. Não é que não quisesse. Achava politicamente arriscado. Se teve medo até na hora de assumir... não queria ser operado porque temia que dessem um golpe... Eu não sabia o que dizer para ele. Na minha opinião, um golpe seria muito difícil. Avançamos tanto naquele período que um regresso seria um banho de sangue... o mundo talvez não aceitasse.



Na minha opinião, um golpe seria muito difícil. Avançamos tanto naquele período que um regresso seria um banho de sangue...



**MC – Quais foram suas relações com Golbery?**

**RF** – Nunca conversei com ele. Dizem que foi uma pena... mas eu não tinha o que conversar com ele.

**MC – O que o sr. conversava com Petrônio Portella já era um pouco o equivalente disso...**

**RF** – Mas o Petrônio Portella também transmitia o temor das alas conservadoras das Forças Armadas.

**MC – Quando o ex-presidente americano Jimmy Carter veio ao Brasil, o sr. teve um encontro com ele.**

**RF** – [Com certo tédio] Tive, é verdade.

**MC – Foi importante a influência americana sobre o processo de abertura?**

**RF** – Carter nos deu apoio. A embaixada americana já dava sinais disso, convidando-me para eventos, onde eu encontrava militares. Alguns me cumprimentavam, outros não.

**MC – Houve um episódio seu no Conselho Federal da Cultura em que o senhor se indispôs com os representantes oficiais a propósito da tortura...**

**RF** – Foi em 1975. Particpei de uma única reunião. Depois renunciei. Propus que se estabelecesse por lei a obrigatoriedade de que se comunicasse ao conselho todas as prisões políticas. Era um conselho de Cultura e Direitos Humanos. Meu projeto recebeu pareceres favoráveis, mas nunca andou. Fracassei.

**MC – Sua presença pública foi grande no período de abertura e o sr. passou a colaborar muito na imprensa com uma relação muito próxima com Mino Carta.**

**RF** – Eu não conhecia o Mino Carta. Quando ele foi expelido da *Veja*, como ele tinha dado umas notas simpáticas a mim, à OAB, liguei para ele dizendo que estava chateado. Ele disse que iria fazer outra

revista e me pediu colaborações. No tempo da OAB, achava que não podia me recusar a escrever artigos. Era uma obrigação minha. Atendia todo dia a imprensa. Às vezes eu era enrolado. No caso do Aldo Arantes, ele me escreveu uma carta contando as torturas que sofreu. Dei a carta a todos os jornais. “O Globo” foi o único que publicou.

Depois, o Rogério Marinho me ligou dizendo que se criara uma situação muito complicada. Queria, em primeiro lugar, saber se eu de fato tinha lido a carta de Aldo Arantes. Ele me disse que os ministros militares iriam lançar uma nota a respeito. Disse a Rogério Marinho que a defesa dele era muito simples. Simplesmente dizer que recebeu a carta de um homem que reputava sério e não poderia deixar de publicar e que eu, que a encaminhei, era o responsável por isso. “Não faça isso”, disse ele. “Faça”, eu disse. “Quero que me processem.” Ele escreveu um negócio bonito, cheio de adjetivos, mas nunca vieram em cima de mim.

### **MC – O sr. nunca foi ameaçado naquela época?**

**RF** – Eu desligava o telefone. Dizia “vá para a puta que te pariu” e desligava o telefone. Mas às vezes minha mulher atendia e eu dizia para ela desligar. Interessante que uma vez notei que se tratava de uma gravação. Eu xingava e o negócio continuava. Mas nunca tive receio disso. Uma vez me ofereceram garantias. Um militar foi me procurar, um militar graduado, para me oferecer segurança pessoal. Eu disse que não aceitava. Disse-lhe: “Se houver alguma coisa contra mim, obviamente os responsáveis serão os senhores”. “Mas”,

continuei, “não vou aceitar que o sr. me bote um capitão, um sargento aqui junto de mim... disso não há hipótese”. Ele me deu o cartão dele. Devolvi-o, para que não houvesse nenhum vestígio de que ele me tinha procurado. Uma vez o Elio Gaspari contou isso ao Golbery, e o Golbery disse: “Ele fez o que tinha de fazer”. Eu iria me tornar um prisioneiro.

### **MC – Sendo observado também.**

**RF** – Imagine, alguém vendo com quem eu falava, onde eu estava. Mas eu não abri mão de minha vida boêmia também... Tomar uísque nos bares... Jantar num lugar... nunca abri mão disso.

### **MC – Quais suas grandes amizades, seus interlocutores intelectuais? No passado? Ou até hoje...**

**RF** – Hoje, o mais assíduo nas conversas é o Carlos Guilherme Mota. Meus antigos interlocutores morreram. Eram o Sérgio Buarque de Holanda. O José Honório Rodrigues. Hoje praticamente sou um homem isolado.

### **MC – A vida acadêmica nunca lhe atraiu?**

**RF** – Não me acho capacitado para dar aula. Para dar aula, você precisa ter um programa. Eu não tenho, não tenho compromisso com o que falei ontem e se mudei de posição. Isso é comum, a gente lê uma coisa e vê que estava errado...

**MC – Mas no seu caso parece que o senhor sempre esteve certo nos seus diagnósticos...**

**RF** – [Rindo, rapidamente] Na maioria acertei. Mas, para dar aula, é preciso mais coerência, a exposição não pode ser fora dos padrões acadêmicos. Nunca gostei disso. [Confidencialmente] Mas também nunca me convidaram!

**MC – Pensando um pouco na relação entre teoria e prática, como o sr. avalia a posição de Fernando Henrique?**

**RF** – Estou em oposição ao governo FHC, não a ele, que foi uma pessoa muito cortês, diria até amiga comigo. Guardo dele uma recordação muito boa. Ele me estimulava muito. Chegou a me indicar como professor visitante em Cambridge.

**MC – O sr. não estava interessado?**

**RF** – Não, não podia, tinha família, interesses aqui.

**MC – E teoricamente, houve alguma discussão?**

**RF** – Não, muito superficial. Jantei na casa dele, nos encontramos em algumas ocasiões, no episódio de São Bernardo [repressão à greve dos metalúrgicos, em 1978]. Meu contato intelectual era mais com Florestan.

**MC – De todos os sociólogos, talvez [Florestan Fernandes] fosse aquele de quem o sr. estivesse mais próximo.**

Achava que ele tinha uma seriedade intelectual muito grande. Eu dizia para ele: se você tirasse o leninismo da cabeça...

**MC – A segunda edição de *Os donos do poder*, em 1975, teve uma repercussão enorme. Foi... aí foi embora. Carlos Guilherme Mota se refere ao seu livro, ainda na edição de 58, como uma espécie de radicalismo...**

Radicalismo liberal. Eu estava na banca da tese dele [transformada depois no livro *Ideologia da cultura brasileira*, editora Ática]. Ele era furioso contra o Gilberto Freyre. Mas ultimamente parece que não está mais.

**MC – Ninguém mais parece estar furioso com Gilberto Freyre.**

**RF** – A melhor coisa que pode acontecer a um escritor é morrer ou ficar muito velho.

**MC – Isso acontece muito... A reedição do livro propiciou uma apropriação muito forte das suas teses pela esquerda.**

**RF** – Na verdade, o livro é um protesto. Mas, mesmo que eu não fosse “Lula”, sempre achei que o trabalhador devia ter um partido, uma representação. Era necessário à democracia. Não sei se o PT é um partido operário, mas é o que mais se aproximaria. Acho positivo o MST, até independentemente do mérito - é uma luta. A reforma agrária é uma velha reivindicação. Até Rui Barbosa, um conservador, eu acho, alude a isso. Os escravos não poderiam ser jogados fora. A República ignorou isso.

Elitizou a política, por paradoxal que seja, ainda mais que o Império. Para Rui Barbosa, a abolição foi feita para se livrar do escravo... como se joga um boi inútil para fora da estância (traduz): da fazenda.



Acho positivo o MST (...),  
é uma luta. A reforma  
agrária é uma velha  
reivindicação.



**MC – Com relação ao gosto literário, fora Machado de Assis, quais suas preferências?**

**RF** – Passei por tudo. Depois que aprendi o francês, passei por um encantamento pelo Chateaubriand. Chateaubriand, Victor Hugo... tive um período balzaquiano muito grande. Li toda a obra de Balzac... depois, me desfiz dos livros, não está mais em minha cogitação relê-los. Depois, na língua alemã, li muito Kafka. Conheci ele desde Porto Alegre. Havia lá um repórter esportivo que traduziu *A metamorfose*. Quando aprendi o alemão, comecei a ler Kafka de toda maneira. Tenho até uma livraria sobre ele. Mas a minha mais permanente influência é do Montaigne. Naquele tempo, não havia muitos livros franceses em Porto Alegre. Pedi a um amigo que ia ao Rio para me arranjar os livros de Montaigne. Esse eu li e reli umas cinco, seis vezes.

**MC – É uma influência espiritual, além de estilística... mas me ocorre, no caso de Chateaubriand, a presença em seu estilo da elipse, de um tipo de colisão ao usar a forma reduzida da oração.**

**RF** – Um amigo meu, Josué Montello, diz que o livro mais belo que ele conhece é as *Memórias de além túmulo*, de Chateaubriand (1768-1848). Respondi: “Mas você não escreve mais como ele”. O estilo passou. Você conhece os pastiches de Proust, aquele sobre o Chateaubriand?

**MC – Proust pega muito a vaidade de Chateaubriand, as comparações que ele faz a respeito de si mesmo e Napoleão...**

**RF** – É, ele faz um paralelo, “Napoleão nasceu no ano tal, eu também...”. E as coisas que Chateaubriand conta, a respeito de sua visita a George Washington, por exemplo, parece que é tudo mentira...

**MC – Parece que mentiu também ao dizer que quase se afogou nas cataratas do Niágara...**

**RF** – Aquela coisa de que ele bateu na porta da casa de Washington, conversou com ele... Mas de fato havia essa simplicidade republicana nos presidentes. O avô de minha mulher, por exemplo, era engenheiro, me contou que havia uma divergência com outros engenheiros num aspecto jurídico de determinada obra a ser construída. Um deles disse que quem conhecia o assunto era o Epitácio Pessoa, então presidente da República. Foram procurá-lo no palácio. Chegaram, se apresentaram, o

Epitácio mandou entrar, ficaram conversando. Era uma simplicidade republicana que Brasília destruiu.

**MC – Brasília parece reite-  
rar a sua tese também... de um  
Estado apartado da sociedade.**

**RF** – Sempre achei aquilo uma malu-  
quice. Juscelino, o presidente mais  
equilibrado que tivemos, foi quem fez  
aquela loucura.



Sempre achei aquilo  
uma maluquice.  
Juscelino, o presidente  
mais equilibrado que  
tivemos, foi quem fez  
aquela loucura.



**MC – Voltando às suas leituras,  
qual a presença de Maquiavel?**

**RF** – Gosto mais do Maquiavel repu-  
blicano, o dos *Comentários sobre a pri-  
meira década de Tito Lívio*. Não tanto  
de *O príncipe*. A leitura do *Príncipe* me  
parece polêmica. Há um ensaio de Piran-  
dello sobre o humor, em que ele mostra,  
contra a tese do Taine de que o humor é  
uma coisa inglesa, que o grande humorista  
é Maquiavel, não o da *Mandrágora*, mas  
o do *Príncipe*.

**MC – Esse é um dos livros que  
ficam quase ilegíveis, de tanto  
que foram lidos...**

**RF** – De tantas interpretações, não é...

**MC – Tocqueville também  
seria uma influência?**

**RF** – Desses grandes historiadores do  
século passado eu gosto muito. Tocque-  
ville, Burckhardt, até do Taine... gosto do  
Michelet.

**MC – Mas o efeito de seu livro,  
afinal, é muito pessimista, não?**

**RF** – Achávamos que era outro Brasil  
o que iríamos encontrar à frente.

**MC – Penso que toda a  
esquerda, confiante na socie-  
dade civil, teve muito com que  
se decepcionar, não acha?**

**RF** – É, uma vez dei uma entrevista,  
e a Maria da Conceição Tavares veio me  
interpelar, com sua veemência. Na entre-  
vista eu dizia o que o Sartre afirmou depois  
da guerra: “Agora somos todos impolutos,  
somos todos puros...”.

**MC – Não houve colabora-  
cionistas...**

**RF** – É, mas no momento em que a  
abertura se consolidar, eu dizia, verificare-  
mos que nosso vizinho é um ladrão, que o  
outro não tinha palavra... vamos encontrar

de novo, na frente, o poder, coisa que até agora considerávamos hostil, e a que muitos irão aderir. Maria da Conceição me acusou de estar desanimando todo mundo... Disse para ela: vamos conferir daqui a uns tempos.

**MC – O sr. sempre votou no PT?**

**RF** – Como tenho mais de 70 anos, houve uma eleição em que eu não votei. Mas acho o PT, como ideia, muito interessante. Como realização, não tenho a menor simpatia. Acho que são excêntricos, no sentido de não terem um centro. O Lula se tornou simplificador dos problemas, o que não é bom. Convidou-me para vice-presidente da República, do que não há hipótese. Já tinha sido convidado duas vezes para vice: a primeira vez foi o Magalhães Pinto. Respondi-lhe que não tinha prática bancária. Ele esclareceu: “Não, não é para a vice-presidência do banco, é para a vice-Presidência do Brasil”. “Ah, bom”, respondi, “então não quero”. O segundo convite partiu de um general, que não posso nomear. Não considerava que o fato de ser general o habilitasse à Presidência.

**MC – Tem escrito algo? Algum projeto?**

Na minha idade projetos são ilusórios... Mas cometi uma extravagância, um prefácio ao livro do Affonso Arinos (de Mello Franco) sobre Rodrigues Alves, no qual botei às claras o que era aquela Primeira República... o que eles chamavam de “populacho” era na verdade o povo. Desprezo pelo povo no caso da revolta da

vacina, por exemplo... Rodrigues Alves, quando fez a reforma urbanística do Rio, expulsou o povo do centro, criando as favelas e o subúrbio.



Mas acho o PT, como ideia, muito interessante. Como realização, não tenho a menor simpatia.

Acho que são excêntricos, no sentido de não terem um centro. O Lula se tornou simplificador dos problemas, o que não é bom.

Convidou-me para vice-presidente da República, do que não há hipótese.



**MC – Nesse ponto, é Machado de Assis quem tem consciência da brutalidade dominante.**

**RF** – Mas quem diz isso com mais veemência, e menos elegância, é Lima Barreto. Há um texto em que ele reproduz um diálogo mais ou menos assim: “O povo não vai gostar...”. E o outro responde: “Mas o povo, a gente abre umas colônias correccionais por aí”. Caricaturando, era mais ou menos o que pensava a elite.



Handwritten notes and scribbles at the top left of the page.

Raymundo Forno  
Dambos fono  
chil  
de 1.925, no municipio de  
Estado do Rio grande do Sul, res  
Viz. José Zucchi nº 644, tendo conclu  
mente o 2º ano do curso de bacharelado, requer a V. Ex  
ne conceder-lhe matricula no 3º ano, visto ter satis  
exigencias regulamentares.

Nestes termos,  
P. Deferimento.  
Pôrto Alegre, 15 de maio de 1.946  
Raymundo Forno

UNIVERSIDADE DE PORTO ALEGRE  
- REITORIA  
REGISTRO

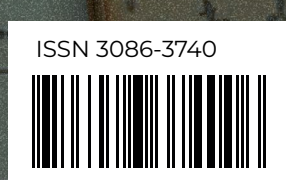
de Abril de 1.946 a 31 de  
de 1.946

138

O jogo (de cartas, ou dinheiro) por se  
a eclosão de um saque de sentimentos agra  
tira, mas a inveja e o ódio. Barteu que algu  
co como lado ganha para que o achado in  
o invejoso. Na hora desses manifestos inti  
nos há o segredo, a vontade de ganhar tudo  
para si, sem sequer pensar nos outros.  
Se realmente estão ganhando quem  
mais a unica coisa é que o "compañero" tal  
ganhe ou que ninguém perca. Pois não au  
chita no jogo fu dinheiro. O jogo, quando inti  
vamos, é porque nos faz um social de quele  
rodem. Daí vi que aqui todos os jogadores se  
jam, no caso de uma vitória, atirado por vent  
de quele jogo, enquanto sempre. Isso qual  
vamos a ganhar, ou Datsinsky, pa  
todos, sem a...  
no fim de...

139

Quito  
" Po  
" dom  
" G. Lute



matinal  
JORNALISMO

@matinaljornalismo

editora  
coragem

@editoracorum

B.N. - 3-7-946